



ESCOLA **informação**

nº 22.setembro.2019 
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL

Digital



5 de outubro 2019
Dia Mundial do Professor

Manifestação Nacional

**VALORIZAR
E REJUVENESCER
A PROFISSÃO**

Lisboa, 14h30
Marquês de Pombal



5 out
Dia
Mundial
do Professor

#WorldTeachersDay



Educación Internacional
International de l'Éducation
Internacional de la Educación
Internazionale dell'Insegnamento



unicef 

Sites e Blogs



Tabela Periódica

<https://www.tabelaperiodica.org/>

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2019 como sendo o Ano Internacional da Tabela Periódica dos Elementos Químicos (IYPT 2019, em inglês). Um dos principais motivos para a comemoração é que em 2019 completamos 150 anos desde a primeira tabela de Dmitry Mendeleev. O químico Dmitri Mendeleev publicou em 1869 a primeira versão amplamente reconhecida da tabela. Sendo também possível encaixar a marca de 350 anos desde a descoberta do elemento fósforo pelo alquimista alemão Henning Brand no ano de 1669.

Neste site poderá ver os elementos químicos da tabela periódica ilustrados por meio de vídeos, imagens, textos, notícias e informações diversas.

A tabela periódica é uma disposição sistemática dos elementos químicos ordenados pelos seus números atômicos, configuração eletrônica, e recorrência das propriedades periódicas. Este ordenamento mostra tendências periódicas, tais como elementos

com comportamentos similares na mesma coluna.

A tabela periódica pode ser usada para deduzir as relações entre as propriedades dos elementos, e prever as propriedades dos novos elementos ainda não descobertos ou sintetizados. A tabela fornece uma estrutura útil para analisar o comportamento químico, e é amplamente utilizada na química e em outras ciências.



Commonspoly

<https://commonspoly.cc/>

O que é o Commonspoly? O Commonspoly é um jogo de tabuleiro onde só se pode ganhar se se estiver disposto a cooperar. É um jogo de tabuleiro, como o Monopólio, mas também inclui elementos de RPG's (Role-Playing Games), como por exemplo o Mestre de Jogo, que conduz o jogo.

Segundo se lê no site, as origens do Monopólio são um jogo que destacava os efeitos nefastos dos monopólios. A Parker Brothers inverteu o jogo e criou o Monopólio que nós conhecemos: um jogo de tabuleiro que celebra a acumulação de riqueza, a competição e a especulação.

A cooperativa andaluza ZEMOS98 recuperou as origens do Monopólio para criar o Commonspoly, um jogo de tabuleiro em que é preciso cooperar para promover os bens comuns e evitar a sua privatização pelos especuladores.

O jogo está disponível em forma física (só na versão inglesa) e digital, podendo ser descarregado gratuitamente (em inglês e espanhol, agora com o manual também em francês e português). A Cooperativa Minga está a contribuir para a tradução para português do jogo.

Sofia Vilarigues

Discursos contra os professores

Todos dizem que é preciso valorizar e respeitar os professores. Porém, por ignorância ou intencionalidade assumida, muitos “discursos” contribuem objetivamente para degradar na opinião pública a imagem dos docentes, numa espécie de variações sobre a tristemente célebre proclamação de Lurdes Rodrigues “Perdi os professores, mas ganhei a população”.

- Assunção Cristas (e outros, de forma menos incisiva) espalha que é preciso avaliar os professores ou, pelo menos, modificar o modelo de avaliação. Ou seja, considera ela que a carreira docente é um “regabofe” em que todos progredem mesmo sem ninguém avaliar o seu trabalho. Ou que a avaliação, a existir, é uma mera formalidade sem consequências. Claro que Cristas não sabe do que fala, (ou então mente), mas na opinião pública é a imagem dos professores que é afetada: uma profissão cujo desempenho por parte dos profissionais não é avaliado não merece ser valorizada.

- No debate promovido pela FENPROF, David Justino sublinhou que algumas (quais? quantas?) escolas superiores de formação de professores não têm qualidade. Ou seja, boa parte dos professores estão mal preparados, são incompetentes e, se houvesse formação “a sério” muitos não conseguiriam obter a habilitação necessária. Ao não dizer quais são essas escolas, este anátema cai sobre a totalidade delas e sobre a totalidade dos docentes nelas formados. A opinião pública será aliciada a pensar que provavelmente os seus filhos estão entregues a professores incompetentes, como sugere David Justino - um anterior ministro da Educação, responsável máximo do CNE, etc... E concluirá: para incompetentes, estão muito bem pagos.

- Custa ouvir António Costa falar de concursos dos docentes sugerindo que o bom é que cada escola escolha os seus professores... e que, portanto, a falta de professores (que afeta muitos alunos nas grandes cidades) é culpa dos sindicatos que insistem nos concursos nacionais. Os sindicatos, insinua-se, estão apenas preocupados com os direitos dos docentes não atendendo às necessidades das escolas, dos estudantes e dos pais.

- Mas o discurso mais atentatório do respeito devido aos docentes e à educação está plasmado no programa eleitoral do CDS. Propõe o CDS “Anualmente as escolas deverão submeter o programa da disciplina de Educação para a Cidadania a parecer obrigatório da Associação de Pais respetiva. Em caso de parecer negativo, a escola deve aprovar novo programa tendo em conta as orientações propostas pela Associação de Pais”. (Pergunta-se: e porque não também os programas de Português, de História, de Filosofia, Geografia, Biologia ou qualquer outro?)

A presunção de os pais imporem aos professores o que ensinar e como ensinar é o mais miserável dos discursos porque retira à profissão docente (aos docentes e às escolas) o seu princípio essencial: a autonomia pedagógica. Suporta-se numa total desconfiança relativamente aos professores e à Escola. Uma afronta!

Apesar de todos estes discursos insidiosos, a população portuguesa continua a acreditar nos professores e a ter deles uma imagem muito positiva, como o confirmam vários estudos publicados sobre o modo como os portugueses apreciam as profissões. Parece estar já calejada contra discursos que revelam ignorância ou má-fé ou que se suportam em ideologias escondidas. ■

Miguel André

Nº22 SET. 2019

SUMÁRIO



[4. Editorial. José Feliciano Costa](#)

[5. Dossier. Emergência Climática](#)

[6. A crise climática: o maior desafio que a humanidade alguma vez enfrentou](#)

[8. 27 de setembro – Venham à greve! – Entrevista com jovens ativistas](#)

[12. Os jovens são o presente – ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental](#)

[15. Porque a emergência climática e a proteção dos direitos humanos são #amesmaluta](#)

[17. Transição energética justa nas escolas](#)

[18. O futuro é já hoje! Os sindicatos nas escolas devem ter um papel interventivo](#)

[19. Cidadania. O retorno do ano de todos os perigos](#)

[21. Escola/Professores](#)

[21. No início do ano letivo – As Bandeiras dos Professores](#)

[22. Plenário de Professores e Educadores Contratados e Desempregados](#)

[24. 2º/3º CEB e Ensino Secundário – Horários é preciso dizer não aos abusos e às ilegalidades!](#)

[27. Horários 1º Ciclo](#)

[28. 5 de Outubro, Dia Mundial do Professor](#)

[29. Quem semeia desinvestimentos colhe indisciplina](#)

[30. O combate à Precariedade é essencial para o sistema de ensino público](#)

[32. Os sindicatos têm que envolver-se em tudo o que diz respeito à profissão – Entrevista com David Edwards](#)

[33. Reivindicações inadiáveis dos Professores Aposentados](#)

[35. Opinião. 41º Congresso do Movimento da Escola Moderna Portuguesa](#)

[37. Aos Sócios](#)

[38. Consultório Jurídico. Período Probatório](#)



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . Chefe de Redação: Manuel Micaelo . Conselho de Redação: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Redação: Lígia Calapez (Jornalista). Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha. Capa: Dora Petinha . Composição: Fátima Caria . Revisão: Lígia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



José Feliciano Costa
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

5 de Outubro

Estaremos na rua a celebrar e a defender a nossa dignidade profissional

Caros colegas

Quero começar por desejar a todos vós, um excelente ano letivo que não se avizinha fácil, face aos desafios que temos pela frente.

Acredito, no entanto, que todos vós estarão à altura desses desafios. Afinal, fazem-no diariamente, numa Escola cada vez mais complexa e exigente.

Aproxima-se o fim de um mandato legislativo, persistindo muitos dos problemas que afetam a profissão docente e cuja resolução os Professores exigirão ao governo que sair das eleições de 6 de outubro próximo.

Esta legislatura teve a particularidade de dar à Assembleia da República uma centralidade que esta já não tinha há muito tempo. No entanto, o que parecia ser uma legislatura promissora acabou por não sê-lo e, no que diz respeito aos Professores, foi mesmo dececionante.

Afinal, os problemas persistem, juntando-se novas preocupações, como por exemplo a Municipalização da Educação e, até, a forte possibilidade da corporização de um ataque ao Estatuto da Carreira Docente.

Apesar de reafirmarmos toda a disponibilidade para dialogar e negociar, este volta a ser o momento de exigir compromissos, de exigir ao próximo governo medidas concretas que respeitem a dignidade profissional dos Professores, designadamente:

- A recomposição da nossa carreira com a devolução dos **6A 6M 23D**;
- Um regime específico de **aposentação** num país que, segundo a OCDE, tem o corpo docente mais envelhecido da Europa;
- O fim dos abusos, ilegalidades e arbitrariedades nos **horários de trabalho**;
- Um efetivo combate à **precariedade**, pela abertura de lugares de quadro nas escolas cuja necessidade, o último concurso mais uma vez veio provar, ao manter nas mesmas escolas cerca de 13 mil professores em Mobilidade Interna e cerca de 2100 renovações de contratos, o que totaliza um total de cerca de 15 mil lugares que não são de necessidade temporária, mas sim permanente;
- **Concursos nacionais** de colocação de professores que respeitem a sua graduação profissional;
- Uma escola **verdadeiramente democrática**, o que implica que os seus órgãos de gestão sejam eleitos também por todos os Professores;
- O combate à **municipalização**, cujos contornos abrirão portas à ingerência na vida das escolas, degradando a qualidade da Escola Pública, processo aliás já comprovado em países onde esta foi posta em prática e onde até já se verificam tentativas de reverter este processo;
- Meios humanos e materiais que permitam construir uma escola **verdadeiramente inclusiva**;
- O cumprimento da lei que consagra o direito à **negociação**, princípio basilar de um Estado de Direito Democrático.

No Ensino Particular e Cooperativo, nas IPSS e nas Misericórdias, é fundamental garantir o acordado nos **Contratos Coletivos de Trabalho** deste setor e o fim da **caducidade**, a qual constitui uma ameaça para os trabalhadores e para os seus sindicatos pois negoceiam sempre em debilidade.

Exigimos que as normas pelas quais se regem estes Docentes sejam idênticas às dos Professores e Educadores do Ensino Público.

Estas são as bandeiras que levaremos no dia 5 de Outubro, Dia Mundial do Professor.

Estaremos na rua a celebrar e a defender a nossa dignidade profissional.

EU VOU, VEM TAMBÉM.



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL Nº22 SETEMBRO 2019

Emergência Climática

“Mudar o sistema, não o clima” é uma das expressões que exprime o que está em causa no movimento que, a nível mundial, exige que reais medidas sejam tomadas para responder à emergência climática que estamos a viver. Neste dossier o tema é abordado de diversas formas. E dá-se voz, quer a quem está diretamente envolvido nas lutas em curso, quer a quem se empenha em projetos e iniciativas que confluem para o objetivo partilhado – a luta por justiça climática e um planeta habitável. O SPGL participa também deste processo. Porque, como é sublinhado na posição assumida sobre a Greve Climática Global, “O futuro é já hoje! Temos que nos rever na liderança destes jovens, não lhes podemos roubar o futuro!”.

A crise climática: o maior desafio que a humanidade alguma vez enfrentou

- **SINAN EDEN** | Empregos para o clima |
- **GONÇALO PAULO** | Climáximo, Greve Climática Estudantil |



Foto: Site Climáximo

A nossa casa está a arder. Estamos numa emergência climática. Ainda não estamos a agir como se estivéssemos numa emergência.

Existe uma enorme diferença entre *aceitar os factos* da ciência climática e *compreender o significado deles*. Aliás, como espécie, não estamos preparados pela evolução para ameaças estruturais que põem em causa a civilização inteira. Uma boa parte de nós ainda está numa negação psicológica, que é muito semelhante aos primeiros minutos depois de um médico dizer que temos cancro.

O problema é que temos que agir agora para ter alguma hipótese de sobreviver. Temos que agir agora para extinguir o fogo, antes de a casa inteira colapsar com tudo e todos que estão dentro dela.

Perante uma catástrofe climática, temos que re-avaliar o significado da palavra “realista”. O que é realista? Continuar no mesmo sistema socioeconómico, com as mesmas instituições que nos levaram à beira do colapso, é realista? É realista delegar o assunto aos outros, sejam estes os políticos profissionais ou as futuras gerações? É realista fingir que uma outra pessoa (um homem aranha?) vai salvar-nos o planeta?

Os jovens da Greve Climática Estudantil pelo mundo inteiro tiveram a coragem de dizer (aliás, gritar) a verdade: **Esta crise ou vai ser resolvida agora, ou não será resolvida.**

Infelizmente, já sabemos que as políticas energéticas e climáticas no mundo e em Portugal garantem um aumento de 3.2-3.5°C nas temperaturas médias globais (que equivale a um colapso ecológico). E isto, se todos os compromissos

forem realizados.

Felizmente, também sabemos o que deve ser feito. A campanha **Empregos para o Clima** tem uma proposta compatível com a meta de limitar o aquecimento por 2°C. É preciso criar **120-160 mil novos postos de trabalho no sector público, nos setores que têm impacto direto nas emissões, e com garantia de requalificação e prioridade aos empregos para os trabalhadores das indústrias de combustíveis fósseis.** No-meadamente é preciso (e tecnicamente possível) produzir toda a energia por fontes renováveis, aumentar os transportes públicos e eletrificá-los, e reduzir o consumo pelos edifícios melhorando a sua eficiência energética. O relatório da campanha mostra que 120 a 160 mil novos empregos para o clima podem **cortar as emissões em 60-70% até 2030**, que é, no momento, a única proposta política compatível com a ciência climática. Fazendo isto, podemos perder na mesma (como acontece com cancro); mas teríamos um sistema energético resiliente, descentralizado e democrático, teríamos melhor mobilidade e acesso às cidades, e teríamos casas mais preparadas para os extremos climáticos.

Nos últimos meses, a campanha preparou uma **lista de 10 medidas que devem ser alcançadas durante a próxima legislatura**, seja qual for o governo. É uma proposta multissetorial, e todas as metas criam emprego, cortam emissões e aumentam a justiça social. Serve também como um

manual de luta para os próximos meses à nossa frente.

Os sindicatos e as escolas têm um papel importantíssimo nesta luta, porque podem ser a garantia de que haja uma transição energética justa. O SPGL apoia ativamente uma das propostas da campanha, que é sobre **Autonomia Energética nos Edifícios Públicos**, que exige **investimento para isola-**

mento térmico e aplicação de painéis solares para produção de eletricidade e aquecimento, as escolas podem tornar-se autossuficientes. O retorno deste investimento demoraria 5-15 anos dependendo do caso, mas é importante sublinhar que no fim deste processo estes edifícios teriam quase zero despesas de energia.

uma redução dos resíduos. Os sindicatos, os alunos e os pais podem envolver-se para ganhar a luta em tempo útil, não só participando nas greves climáticas mas também agindo nas escolas.

O SPGL lançou recentemente um **manual reivindicativo para professores, sindicalistas, alunos e funcionários das escolas**, intitulado **Transição Energética Justa nas Escolas**, que serve como guião de combate à crise climática no caso das escolas em particular.

Precisamos, agora, de trazer todas as nossas experiências e todos os nossos conhecimentos por uma causa comum. Precisamos, agora, de começar a agir como agíamos se a nossa casa estivesse a arder. Precisamos, agora, de cuidar duma a outra como nunca cuidámos. Precisamos, agora, de abrir novas frentes cada vez mais fortes. Precisamos, agora, de vencer tudo, antes de perdermos tudo. ■



mento térmico e alimentação de todos os edifícios públicos (administração central e local, escolas, hospitais, tribunais etc.) com energias renováveis para eletricidade e aquecimento.

Esta reivindicação pode ser acompanhada por uma série de outras intervenções sociais e políticas nas escolas, como um aumento drástico de opções vegetarianas e produtos locais nas cafetarias e

Um Plano Social para uma Transição Energética Justa

Conclusões:

Precisamos de um plano social para uma transição energética justa e rápida. Os mecanismos de mercado não resolverão sozinhos uma crise que eles ajudaram a criar. É preciso uma intervenção pública e popular para que nos foquemos nas verdadeiras soluções numa ótica de serviço público.

Conseguir esta transição vai ser bastante trabalhoso e uma das formas de garanti-la com a urgência exigida pelo conhecimento científico disponível passa pela criação de empregos públicos dignos nos setores-chave. A verdadeira esperança da humanidade passa

pelos Empregos para o Clima.

A maior parte das mudanças políticas, sociais e económicas têm de acontecer durante o mandato do próximo governo. Mas há metas que deviam ser aprovadas já ontem. Nomeadamente,

- estabelecimento de um dia de trabalho semanal para formação profissional para os trabalhadores nos setores poluentes;
- criação de uma empresa pública de energias renováveis;
- expansão da rede ferroviária nacional e internacional;
- criação de uma empresa pública dedicada ao desenvolvimento de uma rede nacional de transporte público rodoviário eletrificado;
- expansão das redes ferroviárias

metropolitanas;

- transição energética nos edifícios públicos;
- acabar com a obsolescência programada;
- criação de um “dia livre de carne” nas cantinas escolares e sociais;
- contratar trabalhadores para florestação, vigilância florestal e bombeiros. ■

<http://www.empregos-clima.pt/>





27 de setembro Venham à greve!

Venham à greve. Não vamos parar. São o apelo e a promessa que nos transmitem Alice Vale de Gato e Noah Zino – estudantes profundamente envolvidos no movimento pela emergência climática – na breve entrevista realizada poucos dias antes da Greve Climática Global de 27 de setembro. Uma entrevista em que se fala da premente necessidade de mudança, de transformação da sociedade e de mentalidades. E de que modo cada um - e em conjunto, coletivamente - pode contribuir para que essa mudança se concretize.

• Lígia Calapez

Jornalista

El - As greves climáticas estudantis são apresentadas, no documento referente à Greve Climática Global de 20-27 de setembro, como “um sinal de luz para a gigantesca transformação que temos que fazer na próxima década”. De que transformação estamos a falar?

Alice – Estamos a falar de uma transformação de toda a sociedade. Ou seja – do modelo económico em que vivemos e do modelo energético que temos agora, que não são sustentáveis. Estamos a falar de uma transformação energética, uma transformação justa. Uma transformação que muda de

facto a forma como nós vivemos, a forma como olhamos para os nossos recursos naturais numa ótica de exploração. E transformar isso para que tenhamos um futuro sustentável, um planeta habitável. Sabendo que temos de cortar 50% das emissões de gases de efeito estufa, a uma escala global, até 2030.

Noah – Não é só uma alteração do paradigma energético, mas também das mentalidades. Deter a mentalidade do consumismo que estivemos a construir nestes 50 anos, para mudar para um modelo muito mais sustentável, em que olhamos para a natureza

talvez como parte de nós, e vice-versa.

Que desafios se colocam a nível nacional e local, para estas mudanças?

Noah – A grande dificuldade é superar a dissonância cognitiva que resulta de termos, por um lado, hábitos de uma vida inteira e uma recompensa de uma vida inteira por esses hábitos e, por outro, termos de mudá-los drasticamente num espaço de tempo muito curto.

Porque o que tem acontecido, desde a revolução industrial, é que criámos uma ideia standard

do que é uma vida boa e do que é um *status* alto de vida. E agora temos de desconstruir isso tudo e passar a um *status* que é sustentável - um *status* que funciona no dia-a-dia - para preservar a espécie humana no planeta Terra.

Alice – Para mim, um dos desafios é fazer com que o nosso governo compreenda que não adianta nada estarmos a acumular uma riqueza – aparente e ilusória – quando não vai haver nada para o futuro e não vai haver nada para as gerações que nascem agora, para a nossa geração e também para a geração de pessoas mais velhas. Que não adianta nada ter poder e não termos vida. E é fazer perceber que o crescimento económico não é mais importante do que as vidas. Ou mais importante do que a natureza. E que essas vidas não têm preço.

Para mim, isto tem a ver com uma questão de princípios. São desafios teóricos.

Agora, em relação a desafios mais concretos, a questão é como concretizar as medidas que temos no nosso manifesto. Que são medidas muito difíceis. E o que fazer para os governos perceberem que é preciso concretizá-las.

Esses são os desafios a colocar aos governos. Desafios que também têm a ver com poderes económicos. E em relação às pessoas? Em teoria parece haver abertura à mudança. Mas em termos de mudança prática? Talvez tenha de ser pela positiva, pelo mostrar o lado positivo dessa mudança.

Noah – Sim. As pessoas têm muita aversão ao negativo. Quando reprimimos, não resulta. A tristeza não consegue passar emoções boas. O que consegue passar também emoções boas – infelizmente, é por isso que temos o sistema político dos EUA - é a raiva. É a raiva e é o espetacular. E nós estamos a tentar ir pelo espetacular e pela parte positiva das coisas. Pelo negativo não se consegue.

Pelo negativo nunca se consegue

nada. A questão é – que perspectivas podes abrir às pessoas? Vai haver limitações. Mas, em contrapartida...

Noah – Temos vida.

Talvez até uma vida melhor.

Noah – Exatamente

Alice – Exato. Eu não considero esta mudança como um ter menos. Porque, se formos a ver bem, o nível geral de vida vai subir. Porque vai subir para as pessoas que agora estão a ser oprimidas e para as pessoas que agora vivem em condições de vida inimagináveis. Pessoas que estão a sofrer – também por causa dessas catástrofes naturais que estão a acontecer, que não são normais e que – se nada fizermos - vão continuar a agravar-se nos próximos anos.

Se olharmos para a grande escala, o nível de vida vai aumentar. E mesmo na minha vida, que sou jovem, mesmo para mim, sinto que a minha vida pode melhorar. Não é só uma questão de ter menos. É uma questão de ter melhor. Não me parece assim tão difícil fazer essa transformação com as pessoas. Primeiro, se fizermos a transformação ao nível de políticas, as mentalidades também mudam. E vice-versa. Mas penso que é mais fácil exigir aos governos do que exigir a todas as pessoas individualmente. Porque elas muitas vezes não conseguem ver o seu próprio poder. E estamos a tentar mostrar-lhes o seu poder. Foi isso que aconteceu a 15 de março, foi isso que aconteceu a 24 de maio. E foi isso que aconteceu com as greves mundiais pelo clima. Nunca se esperou ver tantos portugueses a saírem à rua. Há imenso tempo que não se via 12 mil jovens em Lisboa a sair à rua – e ainda por cima por uma causa tão boa.

O 27 de setembro – como não é um apelo só estudantil, é um apelo a toda a sociedade, para que esta veja o que se está a passar e que também pode fazer parte desta mudança – acho que vai con-

tribuir para uma cada vez maior consciência.

A nível internacional, como é que começou este movimento?

Noah – Começou com uma rapariga sueca - Greta Thunberg – que se sentou à frente do Parlamento e disse: *não vou às aulas até resolverem isto*. E todas as sextas-feiras, durante bastante tempo, até agora – ela tem feito greve pelo clima e tornou-se um símbolo de esperança. Por isso, agora, estudantes de outros países começaram a acompanhá-la nisso.

Alice – Agora há 50 países que estão a corresponder a este apelo internacional de fazer greve a 20 de setembro ou a 27 de setembro, este apelo de uma semana pelo clima. Vai ser uma grande mobilização.

Em Portugal, como é que se organiza este movimento?

Noah – Organizamo-nos de forma horizontal. Qualquer pessoa tem a mesma força de vontade, portanto qualquer pessoa tem a mesma palavra, qualquer pessoa tem os mesmos direitos dentro do movimento. Não há líderes. É uma questão de quem investe mais tempo e quem tem mais conhecimento, à partida, terá mais razão no que diz. Mas, de qualquer das formas, toda a gente tem a mesma palavra e toda a gente contribui o que quer.

Alice – E estamos a ensinar-nos uns aos outros.

Noah – Exatamente. Apostamos muito numa componente de formação. Quanto mais uma pessoa sabe mais ela quer ensinar os outros (aprendendo). E mais os outros aprendem. E esse ciclo vai continuando. E é um ciclo muito bom de formação e de continuação de conhecimento – para todos termos, no fundo, os mesmos conhecimentos ou conhecimentos cada vez melhores, quando aplicamos o nosso espírito crítico.

Em termos práticos – como produziram o manifesto, como organizam a greve, as manifestações e outras iniciativas?

Alice – Em termos práticos, como é que nos organizámos? Já tínhamos os manifestos de 15 de março e de 24 de maio – que foram sofrendo algumas alterações – e também houve outros coletivos ambientais a ajudarem-nos. Agora, para 27 de setembro – isto não é uma outra greve climática estudantil, é uma greve global, com várias organizações, vários movimentos ambientalistas, sindicatos – contamos com mais de 50 organizações neste momento. E todos deram o seu contributo para a construção deste manifesto – para ser mesmo a base que nos junta – os princípios comuns que nós todos partilhamos.

E cada um de vocês, como é que se envolveu? Porquê?

Noah – Eu diria que me envolvi, porque tenho uma grande aversão à injustiça. E penso que há aqui uma enorme injustiça. Criaram um desequilíbrio enorme. Porque um pequeno setor da sociedade acumula uma quantidade enorme de dinheiro, e uma quantidade enorme de poder. É uma secção muito pequena da sociedade que polui os noventa e tal por cento. Enquanto somos nós, e a “parte de baixo” da sociedade, quem sofre com as consequências disso tudo.

Foi, não só uma questão de injustiça, como um apelo à vida. Toda a gente, dentro de si, tem um instinto de sobrevivência. E, de certa forma, juntar-me aos movimentos ambientalistas foi uma forma de manifestar este sentido de sobrevivência. Este querer fazer mais e melhor pela humanidade.

Alice – Antes da greve climática, eu já pertencia ao coletivo Climáximo. Juntei-me a esse coletivo porque encontrei um sítio onde me sentia bem – também em relação a todas estas frustrações e ansiedades relativamente ao meu

futuro. Encontrei um sítio onde me disseram – *nós vamos fazer alguma coisa, não vamos ficar só a remoer sobre isso, vamos fazer ações, vamos protestar*. E onde me ensinaram imenso. Ensina-ram-me imenso sobre este caos climático em que vivemos. Sou de humanidades. Mas não é preciso ser de ciências para perceber que a situação é grave.

Foi aí que eu soube da greve e da preparação de todo este movimento. Juntei-me e percebi que nunca tinha trabalhado com tantas pessoas da minha idade para algo tão importante. E esta participação deu-me muitas ferramentas de aprendizagem, de interação com outras pessoas. Foi um grande crescimento. Acho que é esse crescimento que nós queremos para a nossa sociedade – em termos de informação, em termos de lutar pelos nossos princípios.

O ponto de partida aqui foram os estudantes. É uma luta que é radical, muito exigente e em que o tempo escasseia. Como alargar o movimento a outros setores da sociedade? Como mobilizar as pessoas? Não é fácil.

Noah – Não é nada fácil. Porque, para além de haver uma diferença geracional grande e o preconceito – *os jovens não sabem nada*, há quem, simplesmente, nem nos queira ouvir, porque têm aversão a mudar a sua vida.

Ou as suas ideias.

Noah – Sim. É mais as suas ideias. Porque a transição energética não levaria a enormes mudanças de vida. Vai levar a enormes mudanças sistémicas. Mas as pessoas vão continuar a viver e vão manter um nível de vida relativamente bom – se mudarem a sua mentalidade.

Historicamente, o único modo de mudar a vontade política de forma rápida e eficiente são manifestações e revoluções. Como nós não queremos destruir a democracia – temos manifestações a fazer. E passar informação. Seja nas redes sociais, seja em jornais,

seja em todos os meios de comunicação – televisão, rádio – temos de estar lá presentes. A informação de que estamos do lado certo da história. Porque estamos a lutar por uma coisa que é muito simples – que é a nossa vida e a vida de toda a gente.

Em termos concretos, como ampliar o movimento? Como passar de um movimento estudantil para um movimento global?

Alice – Já nas últimas greves vários coletivos subscreveram o nosso manifesto. E as greves noutros países, a nível internacional, já estavam a ser globais. Não são só estudantis.

Na Europa, este movimento integra-se noutro movimento – o By 2020 We Rise Up. O que significa que em 2020 – nós vamos revolucionarmo-nos.

Vamos revolucionarmo-nos pacificamente. Mas vamos fazer uma escalada enorme, até que a resposta à crise climática se torne mesmo a maior urgência.

E então, pensámos – *27 de setembro – estamos a chegar a 2020 – vamos fazer uma greve global* – estamos a falar, não apenas de uma greve estudantil, mas de uma greve global.

Entretanto, fomos adquirindo mais conhecimentos com outros coletivos que nos ajudaram. Também tivemos mais contatos, com outros coletivos, com sindicatos. E estamos a tentar fazer perceber a importância desta luta.

Tem-se conseguido avançar? Que dificuldades maiores se têm levantado?

Alice – Não sei. Bom – a função dos sindicatos é proteger os seus trabalhadores. E eu compreendo que seja difícil quando se trata de empregos que, se a nossa vontade seguir em frente, vão ser encerrados. Mas nós queremos a requalificação dos trabalhadores.

Aliás, uma das medidas do nosso manifesto é a requalificação destes trabalhadores para empregos para o clima. É esse o nosso objetivo. E nunca deixar trabalhado-



res para trás.

Falando da escola e dos professores? Que papel poderiam/deveriam ter? Que se poderia fazer?

Noah – Os professores têm um papel gigante nesta situação. Por duas razões.

Primeiro, porque são eles que estão a educar as próximas gerações. Portanto – são eles que no fundo são uma figura de respeito, são uma figura que transmite informação e são uma figura que os alunos – em princípio, se tudo correr bem – ouvem.

Assim, os professores têm um papel muitíssimo importante, mostrando aos seus alunos que – mesmo não estando no parlamento, mesmo não estando dentro da política partidária – têm um enorme poder. Nas manifestações. Nos movimentos em que participamos.

Uma outra mensagem muito importante que os professores podem passar – é que a culpa não é necessariamente do indivíduo. Os alunos têm que ter os seus atos pessoais bem alinhados com um mundo diferente e com uma mentalidade melhor. Mas eles têm de entender também que há um alvo maior e há um inimigo em comum que todos nós temos – que é um sistema que não

é sustentável. É um sistema que não funciona para todos nós. É um sistema que não salvaguarda a nossa vida. Os professores têm que conseguir passar a mensagem que – *a culpa não é só tua, não és só tu que vai fazer a diferença, somos todos nós juntos num ato coletivo, de todos os movimentos em que podemos participar.*

Alice – Queria só sublinhar também que não nos podemos desresponsabilizar – quer seja em atos individuais quer seja saindo às ruas – porque vamos sempre fazer a diferença. E é nisso que nós temos que acreditar. Porque este movimento começou com uma pessoa, e agora somos milhões.

Temos que assumir a nossa responsabilidade em fazer parte da mudança. Temos que nos insurgir contra a forma como está organizado o mundo em que vivemos e não só tentar jogar pelas suas regras.

Mas acho que os professores podem incentivar os alunos a faltar às aulas... E que os professores podem faltar às aulas com os alunos. Tal como vão com os alunos a visitas a museus, visitas de estudo – porque não ir fazer história? Porque não sair à rua para participar numa coisa que vai estar num manual de história daqui a uns

anos. E porque não lhes dar essa lição, essa aprendizagem – *tu podes fazer política, saindo à rua e participando numa ação de protesto muito maior que tu.* É uma excelente forma de ensinar os adolescentes e as crianças e os adultos também, a lutar pelos seus princípios e a tornarem-se parte de algo maior, a não se conformarem com a forma como as coisas estão a acontecer.

Quais os próximos passos desta “Rebelião pelo Clima”? O que é que se segue?

Alice – Isto é um movimento internacional – há 165 países, pelo menos, que vão fazer a greve. Na Europa e em Portugal, estas ações estão relacionadas com o By 2020 We Rise Up.

A greve é antecedida por uma semana pelo clima – que também é internacional – cheia de ações, sempre pacíficas. Quer de desobediência civil, quer de palestras ou informativas. E culminamos no dia 27 de setembro com uma grande greve que, por enquanto, já está confirmada em cerca e 30 locais. Mas vai crescer.

Queremos mesmo que esta seja maior que a de 15 de março e a de 24 de maio. Nós queremos mesmo parar a sociedade. *Queremos parar para avançar* – como diz o nosso manifesto. E não vamos parar.

Noah – Depois das greves e das ações da semana de 20 a 27, vamos fazer um momento relativamente curto de reflexão. Vamos olhar para trás e ver – o que é que correu bem, o que é que correu mal. E, a seguir, vamos ter ação outra vez.

Alice – Venham à greve! ■

“Muitas vezes se fala que os jovens são o futuro, mas na visão deste projeto e espero que de muitas pessoas, os jovens são o presente”

• Sofia Vilarigues

|Jornalista|

A Escola Informação esteve à conversa com Laura González Munera, da ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental, sobre o projeto “Vamos Cuidar do Planeta!”, a atividade da Associação e a Greve Climática.

“São os jovens que vão ter um papel muito ativo no projeto”

O projeto “Vamos Cuidar do Planeta!” tem as suas raízes num projeto internacional, numa conferência internacional realizada no Brasil, em 2009. Depois, foi criada uma rede europeia “Let’s Take Care of the Planet!” pela mão da associação francesa Monde Pluriel. Em 2018 foi realizada uma conferência europeia em Portugal, “no sentido de dar visibilidade ao projeto aqui em Portugal”, diz-nos Laura Munera. E, seguindo este objetivo, a ASPEA candidatou-se a um financiamento, a um fundo dos EEAgants, que vem da Noruega, do Liechtenstein e da Islândia, e os operadores do fundo em Portugal são a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Bissaya Barreto. “Nós candidatámo-nos ao eixo



Foto: Sofia Vilarigues

1 deste programa com o projeto ‘Vamos Cuidar do Planeta!’ de modo a trazermos a metodologia de trabalho de ‘Let’s Take Care of the Planet!’ a Portugal de uma forma estruturada e em rede”. Para isso contamos com a parceria da Assembleia da República, do IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, do CJL – Centro de Juventude de Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa, de uma universidade da Noruega, o Centre for Collaborative Learning da Inland Norway University, da Direção Geral de Educação e de 5 centros CFAE – Centros

de Formação de Associação de Escolas.

O projeto segue uma metodologia em que o pilar principal são os jovens, neste caso do 7º e do 8º ano, e centra-se em problemas socioambientais. “São os jovens que vão ter um papel muito ativo no projeto. A ideia é que todo o projeto seja guiado por eles com uma facilitação dos professores. Eles têm que identificar um problema socioambiental local, ou seja, na sua comunidade, pode ser na sua escola, no seu bairro, na sua freguesia, e eles vão ter que ir à procura de uma solução



para este problema. Para ir à procura desta solução vão ter que contar com a parceria também de intervenientes locais, junta de freguesia, pequenas empresas, outros grupos juvenis, outras associações”.

“Para irem à procura do problema podem organizar visitas de estudo, podem ler jornais locais, podem fazer entrevistas, podem falar com empresas e descobrir em conjunto problemas, para depois irem à procura das soluções”, desenvolve Laura Munera. Uma das fases importantes desta iniciativa são as conferências, nas quais há intercâmbio de experiências. Mas o objetivo é também criar uma carta de responsabilidade, porque chegar aos encarregados de tomada de decisões é um dos objetivos de todo o projeto, bem como influenciar as políticas que vão ser implementadas. “Temos conferências escolares, porque este projeto é organizado por alunos do 7º e do 8º, daí que comuniquem na sua escola. Depois há uma segunda fase de conferências regionais, neste caso serão realizadas aproveitando os centros de formação de professores destes agrupamentos de escolas. E depois há

uma conferência nacional e uma conferência europeia. Neste primeiro ano, 2019/2020, só vamos ter as conferências escolares e regionais e uma nacional, mas já no próximo ano vamos ter uma conferência europeia, porque europeia infelizmente não pode ser organizada todos os anos”, diz-nos Laura Munera. “Durante estas conferências, não só há um intercâmbio de experiências do que foi feito por cada um dos grupos mas, também, o objetivo é criar uma carta de recomendações, que pode ser divulgada num cartaz ou noutra suporte, criarem documentos que descrevam recomendações a nível de decisores políticos. É uma carta de responsabilidade, e aí dão recomendações, ou coisas que consideram que poderiam ser mudadas ou implementadas, sempre num tom ‘nós estamos a fazer isto, e vocês o que estão a fazer?’. Porque este projeto também prevê eventualmente poder mudar ou alterar ou ter algum tipo de intervenção a nível de decisões de política pública. Também, quando são organizadas as conferências, nós vamos dizer às escolas que a ideia é que convidem sempre um representante político. E nós vamos

querer que os alunos participem em assembleias municipais ou em debates que são organizados a nível de freguesia. A conferência nacional é organizada na Assembleia da República, com deputados nacionais.”

Na conferência europeia já realizada em Portugal, em maio de 2018, “uma das sessões foi na Assembleia da República e para os alunos foi muito impactante, foi no salão nobre, ou seja, na sala grande. Os jovens de cada país explicavam qual era o problema do seu país e perguntavam aos deputados como esse problema era tratado em Portugal”. O problema colocado pelos portugueses foi o dos fogos. “Acho que foi interessante ver a dinâmica, pediam voz, faziam diálogo”. Para a próxima conferência nacional do projeto, será organizada também uma sessão na Assembleia da República, “temos de ver como será todo o debate estruturado, ainda não sabemos se agrupar os problemas por temas ou por locais”. No fundo, trata-se “também que os alunos sintam que a sua voz é ouvida, e verem de que forma os políticos ouvem as suas preocupações, porque muitas vezes se fala que os jovens são o futuro,

Fotos: ASPEA



mas na visão deste projeto e espero que de muitas pessoas, os jovens são o presente”.

O projeto envolve formação de professores. “Este projeto também prevê formação de professores, para fazer este acompanhamento do projeto nas escolas. Também houve formação interna ao nível de técnicos da ASPEA, digamos formação de formadores. Vamos ter, a partir de outubro, formação de professores. Esta formação vai ter um formato de oficina de formação. Vamos ter sessões presenciais e sessões de trabalho autónomo. De forma que vão tendo formação das diferentes fases do projeto, da fase de investigação, de análise do problema, de organização da conferência, de solução do problema”. Neste ano há 20 escolas envolvidas no projeto. E para o ano a ideia é abrir a mais escolas.

“Acho que temos de ser interventivos”

Uma das apostas da ASPEA é a formação de professores. “A ASPEA tem um conjunto de ações de formação acreditadas. Uma formação pela qual somos bastante solicitados é uma formação que temos de Aprender Fora de Portas, na qual focamos na necessidade de trabalhar com os alunos no espaço exterior. Também de-

pois, em todos os projetos que desenvolvemos, incluímos uma formação a professores. Outro evento que organizamos anualmente são as jornadas pedagógicas de educação ambiental, que estão acreditadas com uma ação de formação para professores”.

A ASPEA é a entidade afiliada da Carta da Terra em Portugal e está envolvida numa rede de países e comunidades de língua portuguesa de educação ambiental. Tem núcleos em Lisboa, que é a sede, em Aveiro, nos Açores, em Viseu e em Bragança. Organiza as Jornadas Arte e Ambiente. Em Aveiro tem uma quinta ecológica, de uma parceria entre a Santa Casa da Misericórdia e a ASPEA - é um espaço de 16 hectares, com hortas, um centro de formação, e aí são dinamizadas ações. E em Bragança tem a Aldeia de Mós. Em Lisboa, tem também um programa de voluntariado ambiental, em que no último domingo de cada mês é organizada uma ação nas zonas de Setúbal, Santarém e Grande Lisboa e sempre em parceria com uma entidade local. “A ideia é dar voz ao local”.

A ASPEA apoia a Greve Climática. “Eu participei na primeira que houve, vou participar nesta, não

consegui participar na anterior. Achei impressionante ver tantos jovens neste tipo de manifestação. E gostei muito dos cartazes que muitos dos miúdos utilizaram, a relação com a linguagem dos jovens. Nas últimas jornadas que tivemos, em Lousada, que coincidiram com a greve de 15 de março (fui à greve de manhã e fui logo a correr para Lousada), participaram duas jovens que estiveram a organizar a Greve Climática em Coimbra e explicaram como foi o processo de mobilização e de participação. E deu-me uma esperança, porque são jovens e já estavam a organizar, criaram plataformas, Facebook, WhatsApp, cartazes. A nível da associação, da ASPEA, sempre apoiámos a greve e divulgamos a greve e os trabalhadores vão à Greve Climática. Sempre que há assim este tipo de manifestações apoiamos. Na dos fogos da Amazônia também estivemos presentes. Acho que temos de ser interventivos. Às vezes temos de parar e gritar o problema”. ■

Porque a emergência climática e a proteção dos direitos humanos são #amesmaluta

• Matia Losego

Diretor de Juventude e Educação para os Direitos Humanos, AI

Se pensa que a emergência climática tem a ver só comursos polares empoleirados em icebergs a derreter e tartarugas com colares de plástico, pense duas vezes. As alterações climáticas são uma questão de direitos humanos, são a maior questão de direitos humanos que temos entre mãos neste século.

Não é necessário imaginar cenários futurísticos para perceber que estamos a falar da vida e dos direitos de milhões de pessoas. Basta seguir o caso de Marinell Sumook Ubaldo e da sua aldeia nas Filipinas e olhar para os eventos atmosféricos extremos que acontecem com cada vez mais frequência no mundo inteiro. Num esquema perverso, quem está já a sofrer por causa das alterações climáticas são grupos e comunidades em situação de discriminação e desigualdade, que veem os seus direitos à vida, à saúde, à água e à alimentação violados.

O comboio já corre a toda velocidade na direção do descarrilamento. Se nos limitarmos a apreciar a viagem que nos resta, ignorando a atual crise ou implementando soluções de fachada, se a temperatura do planeta subir mais do que 1,5 graus, os direitos humanos de toda a gente estarão em risco. O planeta é o espaço onde usufruímos dos nossos direitos e, por isso, descuidar a emergência climática ou rotulá-la como uma questão para um pequeno gru-



Foto: Amnistia Internacional

po de ambientalistas radicais é o mesmo que não olhar para o quadro global do problema.

Nesta reflexão sobre as alterações climáticas e os direitos humanos é necessário considerar também um outro ângulo, o das soluções. Face a esta crise global é fundamental que os direitos humanos sejam o ponto de partida de qualquer política pública e iniciativa individual ou coletiva, para não deixar ninguém para trás. Recusamos qualquer proposta que, como na série de televisão brasileira 3%, arranje um espaço seguro para um grupo privilegiado de pessoas, deixando milhões de outros seres humanos no caos.

Na mesma linha de raciocínio é necessário garantir que as alternativas sustentáveis, no que diz respeito ao abastecimento de energia e aos consumos, sejam também éticas. A Amnistia Internacional denunciou, em 2016, os casos de exploração do trabalho infantil na extração de minerais usados nas baterias de ião-lítio para veículos elétricos e outros equipamentos, bem como problemas ambientais no que diz respeito ao fim do ciclo de vida destas baterias.

A Amnistia Internacional é conhecida por saber apontar o dedo aos diretos responsáveis de violações dos direitos humanos e, através do contributo fundamental do

ativismo de milhões de pessoas em todo o mundo, exigir ações concretas que possam pôr fim, de forma estrutural, a estes casos. No caso da luta contra as alterações climáticas a nossa abordagem não é diferente. Aplaudimos e encorajamos a ação individual de milhões de cidadãos e cidadãs, como a escolha de meios de transportes sustentáveis e a recusa do plástico de uso único. Na nossa ação de campanha e advocacia, todavia, apontamos também o dedo a governos, especialmente aos dos países do G20, e às grandes empresas e corporações, responsáveis por uma grande fatia das emissões de CO2 a nível global.

Foto: Amnistia Internacional



É necessário, e urgente, que os governos passem das declarações às políticas públicas para reduzir, de forma sistémica, as emissões de CO2 e as outras práticas nocivas para o ambiente, para o ser humano e outras espécies.

É ainda necessário, e urgente, repensar todo o nosso modo de vida, baseado no consumo e no lucro imediato, cuidando também da transição de milhares de trabalhadores e trabalhadoras da indústria do combustível fóssil porque o trabalho digno também é um direito humano.

É também necessário, e urgente, que as grandes empresas investiguem e tornem públicas todas as etapas dos seus ciclos de produção. Desde os anos 80 a aca-

demia e a ciência alertam para o problema e propõem soluções. Falta, como diz Greta Thunberg, informarmo-nos e ter a vontade política.

Desde 2018 jovens em todo o mundo têm liderado as mobilizações para o clima, como a Greve Climática Global, contribuindo para levar estas questões às primeiras páginas dos jornais e às conversas pessoais e fazendo subir a pressão junto dos representantes políticos nas alturas das Cimeiras de Ação Climática da ONU, como a de Nova Iorque em setembro 2019, e as Conferências das Partes (COP) da Convenção-

-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que irá acontecer em Santiago do Chile em dezembro deste ano.

Estas e estes jovens ensinaram às pessoas adultas, e talvez também às organizações da sociedade civil, uma importante lição sobre responsabilidade, ativismo e participação cidadã.

É importante reconhecer o valor destes movimentos, como fez a Amnistia Internacional com a atribuição do Prémio de Embaixadores de Consciência a Greta Thunberg e ao movimento Fridays for Future.

Nas escolas ouve-se muitas vezes, demasiadas vezes, que os e as jovens não têm interesse em nada para além do telemóvel. Esta afirmação, para além de estar muito longe da realidade, é claramente desmentida pelo exemplo que os e as jovens estão a mostrar-nos e pelo seu envolvimento no movimento contra as alterações climáticas.

Para além de serem cidadãos e cidadãs, quem trabalha em contextos educativos tem também res-

ponsabilidades acrescidas. Cabe a docentes, educadores e outros profissionais que lidam com jovens apoiar estes e estas jovens, mesmo quando a sua participação implica faltar às aulas. Cabe-nos também olhar para este movimento como uma oportunidade de aprendizagem, integrando estes temas nos currículos e criando espaços de debate, ativismo e advocacia.

Neste cenário a Amnistia Internacional dá o seu contributo a nível global e nacional, seguindo as suas três áreas de trabalho: através da investigação, independente e concertada com outras entidades; através da advocacia junto de governos e empresas, como foi o caso do Peoples' Summit on Climate, Rights and Human Survival, que foi organizado em Nova Iorque em setembro; através da mobilização na Semana de Ação Global pelo Clima e o seu seguimento.

Na área de Juventude e Educação para os Direitos Humanos, a Amnistia Internacional Portugal abriu um leque diversificado de oportunidades de participação e aprendizagem dirigida a jovens entre os 15 e os 24 anos.

As oportunidades principais são os Encontros de Jovens Ativistas, a acontecer entre final de outubro e início de novembro deste ano e centrados especificamente nas ligações entre as alterações climáticas e os direitos humanos.

Como porta de entrada nestas questões e na própria Amnistia Internacional está também a decorrer um concurso fotográfico no Instagram sobre estes temas, com o slogan #amesmaluta.

Por fim a Amnistia, também graças aos inestimáveis contributos dos seus ativistas, organiza sessões de Educação para os Direitos Humanos nas escolas e apoia a criação de grupos escolares de ativistas.

Continuem a contar connosco, porque nós contamos convosco, para defender o planeta e os direitos humanos.■

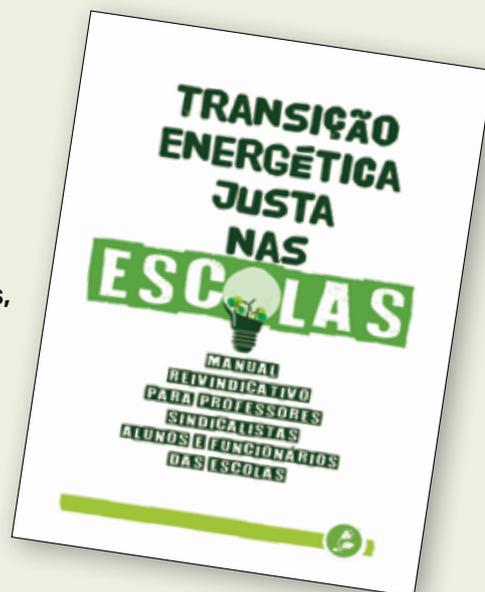
juventude@amnistia.pt

www.amnistia.pt

“Imaginamos este caderno como uma ferramenta de aliança intergeracional pela justiça climática”

“O Movimento Sindical, enquanto promotor da transformação social, tem de assumir este desiderato, a defesa do planeta”. São palavras de José Costa, presidente do SPGL, na introdução ao Manual Reivindicativo para Professores, Sindicalistas, Alunos e Funcionários das Escolas – Transição Energética Justa nas Escolas, editado pelo SPGL, SPN e Empregos para o Clima, em vésperas da Greve Climática Global de 27 de setembro.

Aqui se faz uma breve síntese deste documento. Com destaque para exigência de uma transição energética que seja justa e transformativa e, naturalmente, para uma transição justa nas escolas.



O documento desdobra-se em vários itens:

- Alterações climáticas: o maior desafio que a humanidade alguma vez enfrentou – que tem como temática A Terra está a aquecer, Nós estamos a aquecer a Terra, O futuro do clima;
- As políticas climáticas – com destaque para Justiça climática e Políticas energéticas em Portugal;
- Uma transição energética justa e transformativa – que aborda Democracia energética, Empregos para o Clima, Transição justa nas escolas, Um plano de intervenção pelo clima nas escolas;

Nas conclusões, salienta-se que “no dia 15 de março de 2019, ao finalizarmos este documento, milhares de alunos e alunas em Portugal, inspirados pelas palavras da Greta, faltaram às aulas para exigir ação climática. No mundo, 1,4 milhões de alunos e alunas faltaram às aulas neste dia.

“Revemo-nos na liderança destes jovens. Temos a certeza que os professores com os seus conhecimentos e os sindicalistas com as suas experiências de intervenção reivindicativa podem comple-

mentar esta energia. Imaginamos este caderno como uma ferramenta de aliança intergeracional pela justiça climática”.

Transição energética justa e transformativa

“No movimento sindical global, a expressão ‘transição justa’ é conhecida como algo que significa proteção social do sustento de trabalhadores e comunidades; formação e requalificação; negociação coletiva, consultas sociais e diálogo social. Tem sido o lema sindical desde os diálogos sobre o clima em Copenhaga em 2009, e pela primeira vez foi reconhecido no preâmbulo do Acordo de Paris em 2015”.

Isto pressupõe uma democracia energética. “Uma transição justa não é apenas um conjunto de reivindicações para assegurar a proteção dos trabalhadores, famílias e comunidades. Isto é necessário, mas só poderemos ter uma verdadeira transição energética se democratizarmos o sistema energético e acabarmos com as desigualdades e injustiças nele contidas”.

De facto, “Um dos termos importantíssimos que o movimento sindical internacional usa é a democracia energética. Esta reivindicação está baseada em três pilares: utilização de fontes de energia limpas e sustentáveis, sob controlo público, geridas pelas comunidades”.

Transição justa nas escolas

No setor da educação “é essencial enfrentar o mito de as alterações climáticas serem um problema só para as futuras gerações. É um facto que a crise climática não só afeta dezenas de milhões de pessoas neste momento; também é urgente agirmos nos próximos 5 a 10 anos para evitar um caos climático irreversível”.

Para além das ações na rua – como a greve climática – “os sindicatos, nas escolas, podem ter um papel importantíssimo na defesa e implementação das políticas concretas para uma transição justa”.

“Há ainda muitas escolas em Portugal pouco alertadas para as questões que se relacionam com as consequências das alterações

climáticas. Apesar de algumas iniciativas, como as da Assembleia da República, não existem planificações de atividades educativas sistemáticas nas escolas públicas.

“A atuação governamental limita-se a permitir a criação de projetos no âmbito da autonomia

curricular das escolas, mas não intervém direta ou indiretamente na formação de diretores, de professores e de assistentes operacionais, no âmbito das alterações climáticas”.

Assim, as escolas precisam, “nos espaços e tempo das suas comunidades educativas (alunos, pro-

fessores, elementos da direção e da gestão intermédia, assistentes operacionais, pais e encarregados de educação, instituições culturais e económicas) de criar planos de intervenção, em várias vertentes”. ■

<https://www.spgl.pt/>



O futuro é já hoje! Os sindicatos nas escolas devem ter um papel interventivo

• José Feliciano Costa

Presidente do SPGL

A expressão “transição justa” foi adotada pelo movimento sindical global, desde os diálogos sobre o clima em Copenhaga, no ano de 2009.

Uma Transição Energética Justa e transformativa é muito mais que um conjunto de reivindicações, é permitir que sejam as gerações futuras a decidir como preservar as bases mínimas para um planeta habitável.

Os sindicatos nas escolas devem

ter um papel interventivo junto das comunidades educativas na implementação de políticas que concretizem um plano de intervenção pelo clima nas escolas.

O SPGL está envolvido neste projeto, com outras organizações, tendo já contribuído para a elaboração de um “Manual Reivindicativo para Professores, Sindicatistas, Alunos e Funcionários das Escolas”, que será distribuído brevemente.

No dia 27 de setembro, a greve pelo clima tem que dar um sinal inequívoco de que as alterações

climáticas já não são um cenário hipotético para um futuro próximo; o presente revela que milhões de pessoas já estão a ser afetadas, sofrendo com os impactos do clima.

Para este dia, a FENPROF e os seus sindicatos já emitiram um pré-aviso de greve, que permite a qualquer Professor aderir ou participar em qualquer iniciativa que venha a decorrer.

O futuro é já hoje! Temos que nos rever na liderança destes jovens, não lhes podemos roubar o futuro! ■



Foto: Pixabay.com

O retorno do ano de todos os perigos

Joaquim Jorge Veiguiha

Em 3 de agosto de 2020, em pleno verão, tudo indica que se tenha (re)iniciado o ‘inverno nuclear’: a retirada dos EUA de Donald Trump do Tratado das Forças Nucleares de Alcance Intermédio (INF, em inglês), assinado em 1987 por Mikhail Gorbatchev, Presidente da ex-União Soviética, e Ronald Reagan, o seu homólogo norte-americano, assinalou o fim da Guerra Fria e do chamado ‘equilíbrio’ do terror com a proibição da parte das duas superpotências da época do armazenamento, experimen-

tação e desenvolvimento deste tipo de mísseis nucleares. Esta medida aponta para a reabertura de um novo período de proliferação nuclear de consequências imprevisíveis, que se julgava ultrapassado, tendo em conta o atual contexto político internacional de recrudescimento da extrema-direita e de refluxo dos movimentos sociais defensores da paz.

Esta imprevisibilidade deve-se a um conjunto de novos fatores, de que poderemos destacar os seguintes: - novas armas poderosas, extremamente letais e precisas que não existiam anteriormente, como os mísseis

hipersónicos, os robôs assassinos, que podem ser teleguiados por ‘hackers’ provocando destruições inimagináveis, para não falar dos ataques cibernéticos cada vez mais sofisticados;

- às duas potências nucleares da Guerra Fria, EUA e União Soviética, juntaram-se outras que, como China, a Índia e o Paquistão, e mais recentemente, a Coreia do Norte e Israel, que ganham uma maior relevância, o que abre a porta a que surjam outras novas, como poderá acontecer com o Irão submetido a um boicote dos EUA, em consequência de um programa nuclear para fins pacíficos reco-

nhecido pela União Europeia, mas que a Administração Trump rejeita. - a grande disparidade entre as despesas militares que coloca os EUA na vanguarda com 649 mil milhões de dólares (36% do total mundial), seguindo-se a China a grande distância com 250 mil milhões (14% do total mundial) e a Rússia apenas em sexto lugar com 61,4 mil milhões de dólares, 10, 5 vezes menos do que os EUA, apesar destas pesarem no seu PIB 3,9% contra apenas 3,1% dos EUA, ultrapassada pela Arábia Saudita (67,4 mil milhões), uma ‘colónia’ dos EUA, que ocupa o terceiro lugar e, sucessivamente, pela Índia e pela França (Fonte: *El País*, 4. 08. 2020).

A disseminação nuclear

Neste novo contexto internacional claramente hegemonizado pelos EUA de Donald Trump, tanto sob o ponto de vista quantitativo como sob o ponto de vista qualitativo, na conceção das novas armas, abre-se um período de

Neste novo contexto internacional claramente hegemonizado pelos EUA de Donald Trump, tanto sob o ponto de vista quantitativo como sob o ponto de vista qualitativo, na conceção das novas armas, abre-se um período de incerteza que encorajará as outras potências nucleares a modernizarem os seus arsenais para reduzirem o mais possível a sua distância relativamente ao potencial bélico norte-americano.

incerteza que encorajará as outras potências nucleares a modernizarem os seus arsenais para reduzirem o mais possível a sua distância relativamente ao potencial bélico norte-americano. Um dos principais perigos que se avizinha é a não renovação do Tratado *New Start*, negociado entre os presidentes Obama e Putin, que estabelecia o número de ogivas nucleares desenvolvido pelos EUA e a Rússia, que caduca em 21 de fevereiro de 2021, mas que Trump considera um acordo que favorece a Rússia. Transformando-se numa potência nuclear menor, esta tenta, por assim dizer, fazer das suas fraquezas forças, pois se sente legitimada a prosseguir e reforçar a senda nuclear com a aposta em mísseis intermédios de curto e médio alcance que podem atingir os seus alvos num espaço de minutos, o que, aumentando significativamente os níveis de imprevisibilidade e incontrolabilidade da resposta dos eventuais adversários, poderá desembocar num conflito nuclear de consequências catastróficas. Apesar do Instituto de Investigação para a Paz Internacional de Estocolmo, organização independente, estimar que a Rússia possui 6500 a 7000 ogivas nucleares, considera também que o arsenal russo é obsoleto quando é comparado com o dos EUA, penas 67 000 milhões de euros anuais quando comparado com o norte-americano que vale 610 000 milhões de euros, que mesmo assim representam apenas 3,1% do seu PIB contra 4,9% da Rússia. Perante estes desequilíbrios não adianta que Moscovo ‘cante de galo’, ameaçando que, se os EUA colocarem os seus mísseis na Europa, como o fizeram em 1983 com os Pershing II na Alemanha ocidental, com provável beneplácito da NATO que tem apoiado as posições dos norte-americanos, apontará os seus para o velho continente e para os EUA.

“New Start”, que futuro?

Atualmente a situação pode tornar-se completamente incontrolável,

desencadeando uma escalada nuclear favorecida pelo enorme desequilíbrio de forças entre os EUA e Moscovo que, ao que tudo indica, está a desenvolver em Kaliningrado, zona situada entre a Lituânia e a Polónia, o míssil de cruzeiro terrestre 9M729 (SS-C8, segundo a NATO), num período em que as suas debilidades aumentam em consequência das sanções ocidentais pela anexação da Crimeia. A tendência de a China não se deixar ficar para trás nesta eventual escalada armamentista aumenta, enquanto potências nucleares como a Índia e o Paquistão, cada vez mais envolvidas no conflito à volta de Caxemira, região que integra o território indiano mas tem uma população maioritariamente muçulmana, poderão passar a uma fase perigosíssima de ‘ajuste de contas passadas’ que não exclui uma espiral de retaliação e contrarretaliação que poderá desembocar na utilização de armas nucleares. Apesar da demissão do Conselheiro para a Segurança de Donald Trump, John Bolton, seguramente uma boa notícia para a paz no mundo, não está garantido que os perigos da disseminação das armas nucleares se inverta e mesmo diminuam, tanto mais que esta personagem deixou um tenebroso legado com os obstáculos que estabeleceu à renovação do *New Start*, partilhados pela Administração norte-americana: por um lado, com o pretexto da debilidade russa, a renegociação deste Tratado, deve incluir as ‘novas potências’ nucleares, China, França, Reino Unido, Índia, Paquistão, Coreia do Norte, mas também Israel que, após negar durante anos que possuía armas nucleares se junta agora ao ‘clube’; por outro lado, quanto maior for o número de partes, mais difícil se tornará chegar a um acordo, tanto mais que os EUA contarão com o apoio inequívoco do Estado judaico e, consequentemente, os riscos de o *New Start* não ser prorrogado aumentarão. Poder-se-á dizer, parafraseando o título de um filme de 1982 do realizador australiano Peter Weir, que se reiniciou no verão de 2020 *o ano de todos os perigos*. ■

No início do ano letivo

As Bandeiras dos Professores



Na sua primeira reunião deste ano letivo, o Conselho Nacional da FENPROF aprovou um documento com os principais objetivos de luta a desencadear logo após as eleições de 6 de outubro.

O documento sublinha que “os professores estão disponíveis para dialogar e negociar”, mas exigem do futuro governo seriedade política, competência técnica e pedagógica e espírito de abertura – o que manifestamente não foi apanágio da equipa ministerial que agora cessa funções.

Sem prejuízo de outras “batalhas” que surjam ao longo do tempo, o Conselho Nacional definiu como “bandeiras” de luta dos professores:

- **A recuperação do tempo de serviço** em falta para se contabilizar, na totalidade, o tempo de serviço roubado. Falta recuperar 6 anos, 6 meses, 23 dias.

- **A aposentação**, “exigindo a aprovação de um regime específico de aposentação para os docentes”. Rejuvenescer a profissão docente é uma imperiosa

necessidade, reconhecida, de resto, por governantes, pela OCDE, pela Internacional da Educação. E sobretudo sentida pelos professores e educadores. É preciso passar do reconhecimento às soluções!

- **Horários de trabalho:** combater os abusos e as ilegalidades que transformam um horário laboral supostamente de 35 horas numa carga que atinge, em média, as 48 horas. É preciso dar conteúdo à afirmação do ministro Brandão Rodrigues: o que não está no horário não existe!

- **Combater a precariedade:** um combate de longa data, em que os ganhos reais já obtidos estão longe de ser suficientes. O número de vagas nos quadros de escolas/agrupamentos continua longe de corresponder às necessidades permanentes dos estabelecimentos e à exigência de uma escola de qualidade e de sucesso para todos. É imperioso rever a chamada “lei travão” de modo a que ela não permita manter em situação de contrato “a termo” professores e educadores com 15 ou mais anos de

serviço!

- **Concursos justos:** os que garantem que não há ultrapassagens de professores e educadores mais graduados por outros com menor graduação. E, claro, concursos nacionais.

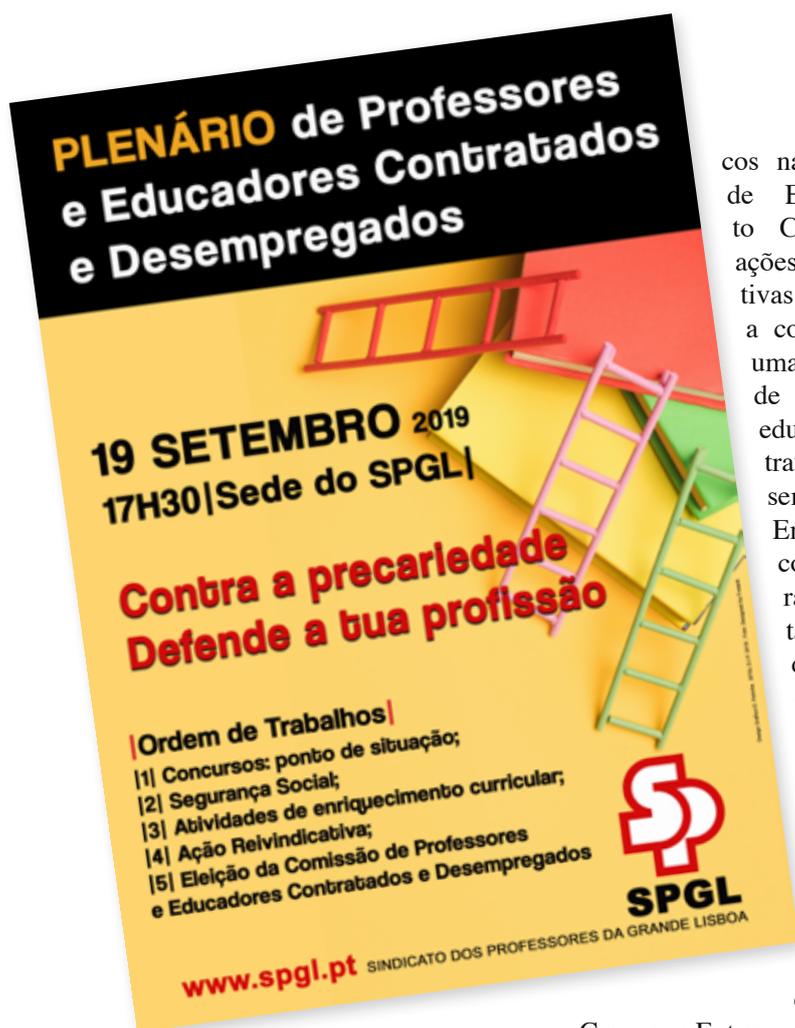
- **Gestão democrática:** condição de melhoria da escola pública. Condição para uma melhor defesa dos direitos de professores e estudantes.

- **Combater a municipalização:** um combate para garantir a autonomia das escolas face à previsível tentativa de ingerência dos municípios. Um combate para evitar que se aprofundem as assimetrias regionais já existentes.

- **Educação verdadeiramente inclusiva**, “que se deve traduzir no respeito por todas as diferenças”. Dotando as escolas dos meios para tal necessários.

Para o sucesso nestas lutas, é necessário reforçar os sindicatos da FENPROF, defensores intransigentes e firmes dos direitos dos professores e da qualidade das nossas escolas – públicas e privadas. ■

Plenário de Professores e Educadores Contratados e Desempregados



João Pereira
Dirigente do SPGL

Realizou-se no dia 19 de setembro de 2019, no Auditório da Sede do SPGL, um plenário de professores e educadores contratados e desempregados. De entre os temas abordados destacam-se: o ponto de situação dos concursos; os dias de serviço mensais declarados para a Segurança Social; a situação precária dos docentes/técni-

cos nas Atividades de Enriquecimento Curricular; as ações reivindicativas em curso e a constituição de uma comissão de professores e educadores contratados e desempregados.

Em relação aos concursos foram apresentados alguns dados considerados pertinentes e de algum modo preocupantes. Do universo de professores e educadores que concorreram

ao Concurso Externo e que se mantiveram para a fase da Contratação Inicial e Reservas de Recrutamento apenas 1,5 % estão abaixo dos trinta anos de idade e a média de idade dos professores e educadores a concurso situa-se acima dos 40 anos de idade. Dos 34 grupos de recrutamento apenas em dois deles a média de idades dos 200 primeiros candidatos está abaixo dos 40 anos de idade. Isto demonstra que a faixa etária dos professores e educadores é cada vez mais elevada e que o tão desejado rejuvenescimento da classe está a tornar-se mais difícil. No balanço efetuado à vulgarmente

denominada norma-travão verificou-se que apenas 1,6 % dos candidatos que concorreram ao Concurso Externo conseguiram a desejada vinculação. Mais de 75 % dos candidatos vinculados têm mais de 40 anos e mais de 90 % têm 10 ou mais anos de serviço. A inoperância da norma-travão é deveras visível. De 2015 até à data o número de vinculações existente pelo cumprimento dos critérios exigidos para a dita norma situa-se abaixo das 4000 vinculações. Continuamos a ter milhares de professores e educadores a concorrer com 5, 10, 15 e até mesmo 20 anos de serviço.

O número de colocações obtidas entre renovações de contratado, contratação inicial e duas primeiras reservas de recrutamento (6615 horários completos e 4456 horários incompletos) demonstram que os quadros dos Agrupamentos e Escolas não agrupadas estão subdimensionados e que as necessidades permanentes do sistema público de ensino são muito superiores ao número de professores e educadores que conseguiram a vinculação.

É urgente estabelecer um mecanismo de vinculação mais dinâmico e que vá ao encontro do princípio defendido: a integração nos quadros de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço cumpridos no ensino público.

Relativamente aos dias declarados à Segurança Social, esta e o Ministério da Educação continuam a considerar os docentes contratados, com horário incompleto, como professores em regime “part time” tendo um horário a tempo parcial. No entanto um docente colocado em Contratação Inicial ou

em Reserva de Recrutamento rubrica um Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo ou Incerto, não rubrica um contrato a tempo parcial. A publicação da Nota Informativa n.º 12/IGeFe/2018 e posterior Aditamento à Nota Informativa estabeleceu que um professor com um horário de trabalho com 16 ou mais horas semanais deve ver declarados à Segurança Social 30 dias de trabalho, mas, se tiver um horário de 15 horas de componente letiva vê declarados 21 dias. A discrepância é enorme. Esta situação é muito penalizadora para os docentes quer ao nível da carreira como ao acesso de prestações sociais e aposentação. O SPGL recomenda a todos os seus associados que estão a ser lesados que solicitem apoio jurídico. Recordase que já existem decisões judiciais favoráveis a docentes em semelhantes situações.

Abordou-se ainda a situação precária dos docentes/técnicos a lecionar nas Atividades de Enriquecimento Curricular. A inexistência de proteção social, os falsos recibos verdes, a baixa mancha horária ou o pagamento abaixo do estabelecido nas tabelas salariais do ECD são alguns dos problemas enfrentados por aqueles que diariamente dão o melhor de si para fazer funcionar um modelo de atividades que precisa urgentemente de ser alterado.

No 13º Congresso Nacional de Professores da FENPROF foi aprovado um caderno reivindicativo onde estão várias medidas de combate à precariedade:

- “Pôr fim à precariedade laboral injustificada que continua a ser mantida, através da integração nos quadros de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço cumpridos no ensino público”;
- “Enquanto se encontram sujeitos a contratação a termo, garantir o respeito pelos direitos dos docentes, tais como a contagem integral do seu tempo de serviço para efeitos sociais, designadamente em situações de horários incompletos, ou a sua inscrição na Caixa Geral de Aposentações”;
- “Rever o regime de concursos para colocação de docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, com vista à consagração, de-

signadamente, de normas que reforcem a sua natureza nacional, o respeito pela graduação profissional, colocando em pé de igualdade os docentes dos quadros, e a transposição eficaz da diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho”;

- “Resolver os problemas que continuam a afetar grupos de professores (criação do grupo de recrutamento de teatro e expressão dramática; criação do grupo de recrutamento de intervenção precoce; integração na carreira docente dos docentes do, ainda, designado nível 2; contagem do tempo de serviço dos educadores de infância a exercer funções em contexto de creche; entre outros)”;
- “Garantir que as atividades de enriquecimento curricular têm os recursos humanos indispensáveis à sua concretização e que são regularizadas todas as situações contratuais dos docentes que aí exerçam atividade”.

O envolvimento dos professores e educadores contratados e desempregados é condição indispensável para melhorar medidas, para forçar um combate decidido à precariedade e para acabar com a discriminação e desvalorização dos

docentes e da sua profissão.

Por último procedeu-se à eleição da Comissão de professores e educadores contratados e desempregados. Esta comissão terá como principal objetivo a ligação ao trabalho sindical de colegas contratados, incluindo a facilitação do contacto com este universo de colegas e o apoio à direção sindical, tanto ao nível da proposta como da execução de iniciativas e ações. São ainda objetivos desta comissão: aprofundar e divulgar a informação e o esclarecimento a prestar aos professores e educadores contratados e desempregados; ampliar os níveis de mobilização e de envolvimento dos docentes, diversificando as ações e as formas de intervenção; apresentar propostas que permitam a abertura de processos negociais nas diversas matérias que exijam solução e dinamizar outras formas possíveis de divulgação da informação.

A composição da comissão de professores e educadores contratados e desempregados não ficou encerrada nesta eleição. A comissão estará recetiva a integrar novos elementos que demonstrem disponibilidade para fazer parte da equipa. ■

A Comissão dos Professores Contratados e Desempregados do SPGL

terá como principal objetivo a ligação ao trabalho sindical de colegas contratados, incluindo a facilitação do contacto com este universo de colegas e o apoio à direção sindical, tanto ao nível da proposta como da execução de iniciativas e ações. São ainda objetivos desta comissão: aprofundar e divulgar a informação e o esclarecimento a prestar aos professores e educadores contratados e desempregados; ampliar os níveis de mobilização e de envolvimento dos docentes, diversificando as ações e as formas de intervenção; apresentar propostas que permitam a abertura de processos negociais nas diversas matérias que exijam solução e dinamizar outras formas possíveis de divulgação da informação.

A Comissão dos Professores e Educadores Contratados e Desempregados do SPGL é composta pelos seguintes elementos:

- Alexandre Guilherme Santos Martins;
- João Carlos Carvalho da Fonseca Pereira;
- Paula Fernandes;
- Paulo Neves Silva;
- Ricardo Miguel Simão Almeida de Oliveira Godinho;
- Vitória La Salette Brito Esteves e Leitão Veiga.

2º/3º CEB e Ensino Secundário

Horários – é preciso dizer não aos abusos e às ilegalidades!



O horário dos docentes do 2º/3º CEB e Ensino Secundário, do grupo de recrutamento 120 e Educação Especial é de 35 horas repartidas pela componente letiva, componente não letiva de estabelecimento e a componente de trabalho individual (art.º 76.º do ECD), desenvolvendo-se em cinco dias de trabalho. (n.º 2 do art.º 76.º do ECD).

toda a atividade docente que envolva o trabalho direto com alunos.

Não é permitida a distribuição ao docente de mais de seis horas letivas consecutivas, de acordo com os períodos referidos no n.º 2 do artigo 94.º (n.º 3 do art.º 78.º do ECD)

Caso não seja possível, justificadamente, respeitar estes limites, o docente deve ser compensado numa hora letiva por cada disciplina/programa/turma a mais.

Distribuição do serviço docente

A distribuição do serviço docente é definida pelo diretor. Todavia, o serviço docente não deve ser distribuído por mais de 2 turnos por dia, exceto quando ocorrerem reuniões de natureza pedagógica [DN 10-B].

Horas de trabalho letivo noturno

A partir das 22 h, as horas de componente letiva têm um fator de bonificação de 1,5 arredondado por defeito (art.º-84º do ECD e art.º 223 do Código do Trabalho).

Reivindicamos que o horário de trabalho noturno deve ser bonificado em 1,5 h a partir das 19 h.

Componente letiva

(art.º 77.º do ECD e art.º 5.º do *Despacho Normativo - DN 10-B/2018* de 6 de julho)

A **componente letiva** é composta por **1100 minutos (22 horas) semanais**, organizados por tempos de 45 minutos (24 tempos), 50 minutos (22 tempos) ou 60 minutos (18 tempos).

Para o ME, a componente letiva restringe-se à atribuição de turmas, ao desenvolvimento das atividades de desporto escolar e às atividades de enriquecimento curricular.

Contudo, defendemos que seja considerada como componente letiva

Número de turmas e níveis atribuídos

O limite máximo de turmas e níveis não está consagrado na lei, sendo a distribuição do serviço docente definida pelo diretor.

Porém, reivindicamos há anos como limite máximo a atribuição de não mais do que 2 disciplinas/níveis, 3 programas e 5 turmas por professor.

Redução na componente letiva

A redução da componente letiva ao abrigo do art.º 79.º do ECD processa-se do seguinte modo:

2h aos 50 anos de idade e 15 de serviço + 2h aos 55 a. idade e 20 de serviço + 4h aos 60 a. idade e 25 de serviço
Face ao desgaste da profissão docente, reivindicamos que as redu-

ções se devem processar do seguinte modo:

- 2h aos 45 anos de idade e 15 de serviço
- +2h aos 50 anos de idade e 20 de serviço
- +2h aos 55 anos de idade e 25 de serviço
- +2h aos 60 anos de idade ou 30 de serviço

Coordenação de departamento/grupo

As funções de coordenação de departamento/grupo devem dar origem à redução na componente letiva, em função do número de membros do departamento ou grupo.

Lecionação a mais do que um grupo de recrutamento

Se o diretor assim o entender, “Os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar outra disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível de ensino, desde que sejam titulares da adequada formação científica e de certificação de idoneidade, nos casos em que esta é requerida” (DN 10-B).

Preferência na escolha de horário

A distribuição de serviço é da compe-

tência do diretor [DL 137, art.º 20.º n.º 4 alínea d)]. Contudo, o regulamento interno de cada agrupamento ou escola pode determinar critérios a seguir, entre os quais a graduação profissional.

Componente não letiva de estabelecimento

(n.º 3 do art.º 82.º do ECD e art.º 6.º do DN 10-B/2018 de 6 de julho)

O número de horas é definido pela direção da escola/agrupamento e pode variar **até ao máximo de 150 minutos semanais**.

A estes minutos acrescem os tempos de redução a que cada docente tem direito de acordo com o disposto no art.º 79 do ECD (adquiridas por idade e tempo de serviço, podendo variar entre 2 a 8 horas).

Reivindicamos que a atribuição das reduções ao abrigo do artigo 79 deve reverter para a componente de trabalho individual.

Reuniões

Todas as reuniões legalmente convocadas, inclusive as resultantes da aplicação do *Decreto-Lei n.º 55/2018*, estão incluídas nas atividades previstas pelo art.º 82.º do ECD e pelo DN 10-B/2018. Como tal, devem ser consideradas no cômputo das horas previstas nos horários na componente não letiva de es-

tabelecimento, exceto as reuniões de natureza pedagógica que decorram de necessidades ocasionais (n.º 11 do art.º 7.º do DN 10-B/2018 de 6 de julho).

Todas as reuniões realizadas para além do horário semanal e que ultrapassem a componente letiva e a não letiva de estabelecimento registadas no horário são consideradas trabalho extraordinário (n.º 1 do art.º 83.º do ECD).

Formação

É integrada na componente não letiva de estabelecimento “A participação, devidamente autorizada, quer em articulação com o centro de formação da associação de escolas, quer por iniciativa do docente, em ações de formação contínua que incidam sobre conteúdos de natureza científico-didática com ligação à matéria curricular lecionada, bem como as relacionadas com as necessidades de funcionamento da escola de acordo com o seu plano de formação, e as que promovam um efetivo trabalho colaborativo entre docentes...”. (alínea d) do n.º 3 do art.º 6.º do DN 10-B/2018 de 6 de julho).

Deslocação entre escolas

Caso o docente trabalhe em diferentes escolas do agrupamento no mesmo dia, o tempo de deslocação entre elas é integrado na componente não letiva de estabelecimento (art.º 6.º, n.º 8 do DN 10-B/2018 de 6 de julho).

A este propósito, reivindicamos que, não sendo possível integrar o tempo



de deslocação entre escolas na componente não letiva de estabelecimento, deve haver lugar a pagamento de horas extraordinárias, assim como das despesas de deslocação.

Componente de trabalho individual

(n.º 2 do art.º 82.º do ECD e art.º 6.º do DN 10-B/2018 de 6 de julho)

Esta componente, que não é registada no horário, resulta do tempo remanescente da componente letiva e não letiva de estabelecimento até perfazer as 35 h de trabalho semanal.

Outras situações

Direção de turma

O cargo de diretor de turma implica a atribuição de 4 horas semanais, 2 das quais são incluídas na componente letiva e 2 na componente não letiva. Contudo, estas últimas podem ser atribuídas a outro docente do conselho de turma (art.º 10.º do DN 10-B/2018 de 6 de julho)

Coadjuvações e apoios a grupos de alunos

As coadjuvações e apoios a grupos de alunos devem estar incluídos na componente letiva do docente. Apenas o apoio individualizado a alunos com dificuldades de aprendizagem poderá ser considerado na componente não letiva de estabelecimento (alínea m) do art.º 82.º do ECD).

Apoio ao estudo do 2º ciclo

Este apoio ao estudo é atribuído com recurso às horas de componente não letiva

de estabelecimento e do crédito horário (DN 10-B/2018 de 6 de julho).

Defendemos que o Apoio ao Estudo, como todas as outras atividades diretas com os alunos, deve ser incluído na componente letiva dos professores.

Oferta complementar dos 2.º e 3.º CEB

A oferta complementar dos 2.º e 3.º CEB é atribuída com recurso às horas do crédito horário (DN 10-B/2018 de 6 de julho 10-B/2018).

Apoio tutorial específico

O apoio tutorial específico destina-se a alunos dos 2.º e 3.º CEB que, ao longo do seu percurso escolar, acumulem duas ou mais retenções. Cada professor tutor acompanha um grupo de 10 alunos e são atribuídas 4 horas letivas semanais para esse efeito (art.º 12.º do DN 10-B/2018 de 6 de julho 10-B/2018).

Horários dos professores de turmas com cursos profissionais e outras modalidades de ensino profissionalizante

A generalização do funcionamento dos cursos profissionais e outras modalidades de ensino profissionalizante nas escolas públicas e a conciliação entre as especificidades inerentes à organização

e ao funcionamento destas ofertas de formação no respeito pelo *Estatuto da Carreira Docente*, designadamente em matéria de horários de trabalho e pelo Calendário Escolar, levanta sistematicamente problemas acrescidos às escolas e aos professores. Tal conciliação tem forçosamente de respeitar os princípios definidos no *Código de Trabalho (CT)*, na *Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)* e no *Estatuto da Carreira Docente (ECD)*.

Pela sua especificidade, foi editado um documento de perguntas e respostas aos problemas mais frequentemente colocados pelos professores que lecionam estas modalidades de ensino. Chamamos a atenção para o documento disponível no site da FENPROF intitulado FAQ Ensino Profissional. https://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_353/Doc_11983/Anexos/FAQ_EnsinoProfissional.pdf

Todos os professores têm direito a ver respeitados os direitos consagrados na lei. Independentemente disso, há matérias que estão previstas na lei que necessitam de ser alteradas e relativamente às quais existem já propostas da FENPROF.

Os sindicatos estão atentos!

Se se mantiverem irregularidades, será retomada a greve ao sobretabalho.

Em caso de dúvidas, contacta o SPGL!



HORÁRIOS 1º CICLO

A ter em atenção nos **horários do 1º ciclo**

Artigo 76.º - ECD

Duração semanal

1 - O pessoal docente em exercício de funções é obrigado à prestação de 35 horas semanais de serviço.

2 - O horário semanal dos docentes integra uma componente letiva e uma componente não letiva e desenvolve-se em cinco dias de trabalho.

3 - No horário de trabalho do docente é obrigatoriamente registada a totalidade das horas correspondentes à duração da respetiva prestação semanal de trabalho, com exceção da componente não letiva destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais, que decorram de necessidades ocasionais e que não possam ser realizadas nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 82.º

Artigo 77.º - ECD

Componente letiva

1 - A componente letiva do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico é de 25 horas semanais.

■ Em muitos agrupamentos verificam-se irregularidades, nomeadamente em não contabilizar os intervalos como componente letiva, obrigando os professores a cumprir mais que as 25 horas letivas estabelecidas por lei.

Despacho Normativo n.º 10-B/2018

3 - No 1.º ciclo do ensino básico, o tempo total da matriz curricular integra o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.

■ Verificam-se, contudo, formas de tratar esta situação de modo diverso e ilegal, ao obrigar-se, por exemplo, os professores titulares de turma à vigilância dos alunos no intervalo da tarde.

Artigo 78.º - ECD

Organização da componente letiva

2 - A componente letiva do horário do docente corresponde ao número de horas lecionadas e abrange todo o trabalho com a turma ou grupo de alunos durante o período de leção da disciplina ou área curricular não disciplinar.

3 - Não é permitida a distribuição ao docente de mais de seis horas letivas consecutivas, de acordo com os períodos referidos no n.º 2 do artigo 94.º

Artigo 79.º - ECD

Redução da componente letiva

2 - Os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico em regime de monodocência, que completarem 60 anos de idade, independentemente de outro requisito, podem requerer a redução de cinco horas da respetiva componente letiva semanal.

3 - Os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico que atinjam 25 e 33 anos de serviço letivo efetivo em regime de monodocência podem ainda requerer a concessão de dispensa total da componente letiva, pelo período de um ano escolar.

■ Um docente com redução no âmbito do art.º 79, ponto 3, apenas está obrigado a permanecer 25 horas na escola, conforme estabelece o ponto 7 do referido artigo preenchido preferencialmente pelas atividades previstas nas alíneas d), f), g), i), j) e n) do n.º 3 do artigo 82.

4 - As reduções ou a dispensa total da componente letiva previstas nos números anteriores apenas produzem efeitos no início do ano escolar imediato ao da verificação dos requisitos exigidos.

5 - A dispensa prevista no n.º 3 pode ser usufruída num dos cinco anos imediatos

Artigo 82.º - ECD

Componente não letiva

1 - A componente não letiva do pessoal docente abrange a realização de trabalho a nível individual e a prestação de trabalho a nível do estabelecimento de educação ou de ensino.

2 - O trabalho a nível individual pode compreender, para além da preparação das aulas e da avaliação do processo ensino-aprendizagem, a elaboração de estudos e trabalhos de investigação de natureza pedagógica ou científico-pedagógica.

3 - O trabalho a nível do estabelecimento de educação ou de ensino deve ser desenvolvido sob orientação das respetivas estruturas pedagógicas intermédias com o objetivo de contribuir para a realização do projeto educativo da escola, podendo compreender, em função da categoria detida, as atividades das alíneas a) a n) deste ponto.

■ No horário dos professores devem estar contempladas as horas destinadas às reuniões ordinárias, sendo que as mesmas terão de ser registadas na componente não letiva de estabelecimento.

O SPGL reconhece e indigna-se com a sobrecarga dos horários de trabalho.

Persistimos na luta por horários justos e dignos.

Se os horários não estiverem conforme ao estabelecido legalmente para o efeito deverão ser denunciados.

Contacta o SPGL
pelo email
primeirociclo@spgl.pt

5 de outubro 2019
Dia Mundial do Professor

Manifestação Nacional

**VALORIZAR
E REJUVENESCER
A PROFISSÃO**

Lisboa, 14h30
Marquês de Pombal

5 out
Dia Mundial do Professor

5 de Outubro, Dia Mundial do Professor

Manuela Mendonça

Coordenadora do Dep. Relações Internacionais
FENPROF

Realizado anualmente desde 1994 (na sequência da constituição da Internacional da Educação, em 1993), o Dia Mundial do Professor comemora o aniversário da adoção da Recomendação da OIT/UNESCO, sobre o estatuto dos professores, em 5 de outubro de 1966. Como nos anos anteriores, o Dia Mundial do Professor 2019 celebrará professores de todas as idades e em todos os níveis de sua carreira, mas terá este ano um foco particular em “Jovens Professores: O futuro da profissão”.

Numa nota justificativa do lema, a UNESCO alerta para a necessidade urgente de enfrentar a escassez global de professores qualificados, a fim de cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 4. Chamando a atenção para as elevadas percentagens de professores a aposentar-se na próxima década, estima que seja preciso recrutar até 2030 mais 69 milhões de professores para os ensinos primário e secundário, dos quais 48,6 milhões para substituir aqueles que se aposentarão ou abandonarão a profissão

(a título de exemplo, nos Estados Unidos, mais de 41% dos professores deixam a profissão nos primeiros cinco anos).

Também a IE tem vindo a alertar para este problema, afirmando que recrutar e manter jovens na profissão docente implica melhorar as condições de exercício da profissão, tornando-a menos desgastante e mais atrativa. No relatório sobre o Estatuto dos Professores e da Profissão Docente, divulgado em 2018, identifica desafios comuns aos professores em todo o mundo: equilíbrio difícil entre vida profissional e pessoal; escassas oportunidades de desenvolvimento profissional; baixos salários; contratos precários; participação limitada na tomada de decisões; altos níveis de estresse; sentimentos de falta de apoio e reconhecimento; pressões constantes criadas por exames e reformas curriculares desfasadas da realidade.

Neste contexto, neste Dia Mundial do Professor, a UNESCO reafirma a importância do diálogo social entre sindicatos de professores e governos, para proteger as condições e direitos de trabalho dos docentes, mas também aprofundar questões como: que tipo de incentivo pode ajudar a atrair os jovens talentos mais qualificados e comprometidos para o ensino; que ti-

pos de relações contratuais, remuneração e recompensas procuram os candidatos qualificados; ou como podem as políticas existentes ser postas em linha com as suas ambições e expectativas de progressão na carreira.

Esperando que um diálogo construtivo com as organizações de professores possa fazer com que os governos, baseando-se no conhecimento e na experiência de milhares de profissionais no terreno, elaborem políticas inteligentes que possam motivar jovens a ingressar na profissão, a UNESCO conclui que sem uma nova geração de professores motivados para fazer a diferença, o compromisso global de “garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” está claramente ameaçado.

Uma mensagem que importa sublinhar também em Portugal, onde rejuvenescer e valorizar a profissão se assume hoje como um objetivo estratégico da maior relevância. Por isso, no dia 5 de outubro, os professores portugueses sairão à rua para celebrar a profissão e reafirmar a necessidade da sua valorização. Pelos professores, mas também pela educação e pelo futuro do país. ■



13.º Congresso Nacional
dos Professores

**Carreira Docente
Dignificada, Condição
de Futuro**

Quem semeia desinvestimentos colhe indisciplina

Albertina Pena
Dirigente do SPGL

“A indisciplina tem fortes implicações no processo de aprendizagem e na relação entre os seus intervenientes”, afirmou Albertina Pena, da Direção Central do SPGL, sublinhando que “A gestão do trabalho na sala de aula é, antes de mais, uma gestão de relações. É a nossa interpretação destas situações de confronto, muitas vezes num sentimento de profunda solidão, que nos leva a entender a sala de aula como um campo de batalha onde se vai agravando o fosso entre professores e alunos”. Por outro lado, considerou, “as pressões exercidas sobre as escolas, os professores e os alunos obrigam a aprendizagens *fast food* e não deixam tempo para sistematizar conhecimentos. A vertigem do que é exigido esmaga as componentes afetiva, relacional, cultural em que se inscreve toda a complexidade da aprendizagem”.

Entretanto, frisou, “As aprendizagens necessitam de tempo para os alunos as interiorizarem através da experimentação, da interação, da possibilidade de errar e de refletir. Ninguém aprende sozinho e a escola é também um espaço de socialização, de aprender a viver com os outros, em cooperação, o que dificilmente se consegue no contexto de enorme competição que se vive atualmente nas escolas, por via do sistema de avaliação vigente”. Salientando ainda que “O bem-estar dos alunos e dos professores, na escola, deve ter por base a construção de climas de coope-



Foto: FENPROF

ração”.

Exigências básicas a que o ME não se mostra sensível. “O ministério da educação continua a enterrar a cabeça na areia face às necessidades das escolas e da educação. Faltam inúmeras estruturas de apoio e de participação. (...) Os horários sobrecarregados e a burocracia impedem os professores de pensar e de planear em conjunto projetos de integração, de diálogo e de inclusão. Por sua vez, a desvalorização social, por parte do ME e da sociedade em geral, desmotiva cada vez mais os profissionais. (...)”

“Os alunos necessitam de estruturas e de espaços para serem ouvidos. As escolas, na sua organização, têm de contar com a voz de quem as integra”.

A concluir, Albertina Pena sublinhou que “Nas escolas temos de nos unir em vez de nos dividirmos” e elencou algumas propostas nesse sentido:

“- Criar nas escolas grupos de refle-

xão sobre a ação e sobre as questões da indisciplina (reivindicando tempos incluídos no seu horário de trabalho).

- Criar espaços e estruturas de participação das crianças e jovens na organização da sala e do espaço escolar.

- Organizarem-se para promover/reivindicar mediadores nas escolas.

- Fomentar o diálogo entre as escolas e as famílias.

- Promover ambientes de cooperação, de partilha e de trabalho de equipa nas escolas, de forma a envolver os alunos.

- Eliminar ambientes e práticas de competição e promover práticas de cooperação e inclusão.

- Promover a existência de turmas e grupos heterogéneos como forma de potenciar a interajuda.

- Defender (com outros setores profissionais) uma alteração da legislação laboral de modo a permitir às famílias um maior acompanhamento de crianças e jovens em idade escolar”. ■



13.º Congresso Nacional
dos Professores

**Carreira Docente
Dignificada, Condição
de Futuro**



Foto: FENPROF

O combate à Precariedade é essencial para o sistema de ensino público

João Pereira
Dirigente do SPGL

“Estamos longe de resolver a precariedade”, começou por afirmar João Pereira, professor contratado, membro da Direção Central do SPGL.

“Embora o Ministério de Educação (ME) tenha vinculado nos seus quadros cerca de 7000 professores nos últimos dois anos, 8000 durante a legislatura, o número foi insuficiente para suprir as necessidades reais de professores do sistema de ensino público, bem como para combater a precariedade instalada nos professores contratados”.

J. Pereira referiu, nomeadamente, que “o mecanismo da *norma-travão*, instituído pelo anterior governo, tem so-

frido alterações, passou de 5 para 3 contratos mas continua a exigir outros requisitos.

“No extremo, um professor contratado pode nunca conseguir cumprir os requisitos exigidos e assim nunca entrar num quadro e atingir a desejada estabilidade.

“A inoperância da *norma-travão* é visível”.

A questão dos horários foi particularmente destacada. “O ME e a Segurança Social, apoiados pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, continuam a considerar os professores contratados com um horário incompleto como professores em regime *part-time*, tendo um horário a tempo parcial. Ora, um docente colocado em Contratação Inicial ou em Reserva de Recrutamento

rubrica um Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo ou Incerto, não rubrica um contrato a tempo parcial”.

Com a publicação “de uma Nota Informativa ficou estabelecido que um professor com um horário de trabalho com 16 ou mais horas semanais deve ver declarados à Segurança Social 30 dias de trabalho, mas, se tiver um horário de 15 horas de componente letiva vê declarados 21 dias. Uma hora semanal, 4 horas por mês, 9 dias de diferença”.

João Pereira terminou “dizendo que o combate à Precariedade não deve, não pode estar cingido aos professores contratados. O combate à Precariedade é essencial para o sistema de ensino público”. ■



13.º Congresso Nacional
dos Professores

**Carreira Docente
Dignificada, Condição
de Futuro**



Foto: Sofia Viarigues

Os sindicatos têm de envolver-se em tudo o que diz respeito à profissão

Entrevista com

David Edwards

Secretário-geral da Internacional da Educação

Lígia Calapez
Jornalista

El - Quais as questões mais prementes que se colocam neste momento – na perspetiva da IE – aos professores e às escolas?

Neste momento, em muitas zonas do mundo, a escola está a defrontar-se com uma tensão entre altas expectativas – produzir novos conhecimentos, ferramentas, atitudes - e, ao mesmo tempo, uma perspetiva economicista, no sentido de se cingir a preparar trabalhadores produtivos, apostar em conteúdos de que se pode medir facilmente o rendimento escolar.

Temos muitas tarefas/problemas no mundo – as mudanças climáticas, a igualdade de género, a necessidade de colaborar e trabalhar em grupo, de pensar criticamente, encontrar soluções. Mas as pressões que os governos e sobretudo o sector privado estão exercendo sobre a escola, têm um efeito inverso

e perverso em relação ao que verdadeiramente é necessário.

Num momento em que deveríamos estar a formar cidadãos críticos, capazes de compreender e solucionar problemas como os do ambiente, estamos a avaliar quantas palavras por minuto um aluno pode ler...

Assim, todo o sistema está a pôr em causa a consecução destes objetivos fundamentais – objetivos de que precisamos como humanidade, como sociedade, como planeta.

Esta é a tensão a que se tem de dar resposta nos próximos anos. E já há alguns países em que os governos se estão a dar conta desta necessidade.

Estive recentemente na Escócia e o ministro da Educação disse que vão acabar com todas as avaliações quantitativas, todos os exames standardizados, porque se pretende que os professores disponham de tempo para que possam colaborar entre si, para que os alunos também aprendam o que é colaborar e

não competir.

Assim, há alguns indícios de esperança. Mas ainda muito limitados.

Em relação aos professores – como é que se reflete essa preocupação e essa tensão? Como dar resposta apoiando os professores?

Como sindicatos temos, por um lado, de garantir as condições de trabalho adequadas – o tempo, as ferramentas e a confiança. E quando falo de ferramentas, estou a falar dos recursos necessários, de uma formação coerente e contínua. Temos de lutar por salários apropriados, por tempo para dedicar ao trabalho coletivo, à investigação.

Mas também temos de lutar pela autonomia profissional – para que os professores não se limitem a transmitir conteúdos. Os sindicatos têm de envolver-se em tudo o que diz respeito à profissão. A formação, as qualificações, todo o contínuo de desenvolvimento da profissão. Este o papel do sindicato neste momen-



to. Os sindicatos que se cingem a uma única destas vertentes estão a caminhar com uma única perna e não sobre as duas pernas.

Pensa que os sindicatos estão a caminhar sobre as duas pernas? Estão a ter em conta também essa necessidade de uma escola diferente?

Temos de pensar em 175 países. Não se pode generalizar. Há grandes diferenças. Há sindicatos que compreendem que também têm de lutar em prol da investigação, pela opinião pública, fazer alianças com pais e alunos, com investigadores, académicos, universidades, imprensa, jornalistas. Mas também temos países em que o professor nem recebe mensalmente o seu salário. No Malawi há anos em que os professores não recebem o seu salário. Nestas condições é muito difícil falar da vertente profissional, de pedagogia, das novas investigações, de analisar sistemas, transcendê-los, transformá-los. Aqui

há que assegurar as condições básicas. Como na pirâmide de Maslow. É preciso que as condições básicas estejam garantidas.

Em que medida é que a forma de gestão das escolas pode facilitar o trabalho dos professores numa perspetiva daquilo de que atualmente se precisa de facto nas escolas?

Atualmente há muitas escolas em que se está a repensar o conceito de escola como centro comunitário. Onde na mesma escola, à noite, há aulas para adultos. Há apoios para mulheres grávidas. Ou também um espaço democrático, para falar dos problemas de cada um e da comunidade. É uma reconceptualização.

Este movimento das escolas comunitárias está a desenvolver-se em alguns países. Outros movimentos vão no sentido de pensar a escola politicamente. Há diferentes serviços à comunidade. Mas também acordos com universida-

des. Desenvolvem-se processos de investigação/ação.

Quer referir algum episódio interessante da realidade do seu país, os EUA?

Sim. Atualmente Trump está a separar famílias de refugiados, a colocar crianças em prisões. Para fazer face a essa situação estamos a fazer alianças com diferentes movimentos de direitos humanos nos EUA e no México no sentido de pressionar Trump e estimular a pressão internacional.

Neste momento há quatro professores que - porque levaram água para a fronteira com o México, no deserto, para os refugiados - foram presos. É algo que nós fazemos como professores, também profissionalmente - pois a nossa vocação é ajudar. E agora é-se preso porque se ajuda?

Claro que vamos resistir também a isso. ■



Reivindicações inadiáveis dos Professores Aposentados aprovadas no 13º Congresso da FENPROF

Face à proposta de uma “Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017 -2025”, de 10 de julho de 2017, ao compromisso do Governo de dar conteúdo concreto à proposta apresentada e face ao momento político que atravessamos - eleições legislativas - o DA/SPGL vem lembrar as reivindicações inadiáveis (e algumas mesmo imediatas) que os docentes aposentados dos sindicatos da FENPROF atualizaram nos plênários concretizados para a preparação do 13º Congresso da FENPROF, realizado nos dias 14 e 15 de junho de 2019, por considerarmos que contribuirão para a criação de condições que permitam um envelhecimento ativo e saudável que respeite a dignidade dos aposentados. A saber:

Sobre a independência e sustentabilidade financeira do sistema previdencial:

- diversificação das fontes de financiamento do sistema previdencial, cuja melhoria está intimamente ligada à criação de emprego estável, ao combate à precariedade e ao combate à política de baixos salários;
- exigência de alteração na legislação de modo a que as empresas com escasso número de trabalhadores mas com grandes lucros, fruto de uso intensivo de tecnologias avançadas, contribuam para o sistema previdencial tendo em atenção a riqueza criada;
- taxar adequadamente as grandes empresas tecnológicas.

Sobre o Serviço Nacional de Saúde (SNS):

- defesa do SNS de caráter universal, que garanta os recursos necessários e sua adequada utilização de modo a poder responder aos cuidados de saúde dos cidadãos, particularmente agudos entre a população aposentada;
- defesa do caráter público do SNS, que supõe a rejeição da privatização de hospitais, o fim das parcerias público-privadas e a reversão das existentes para o setor público administrativo;
- fim das taxas moderadoras e acesso real aos serviços dos médicos e enfermeiros de família;
- criação de serviços de geriatria nos Centros de Saúde e nos hospitais cen-

trais e equiparados;

- humanização das condições de transporte dos doentes, sem prejuízo da racionalização necessária ao bom uso dos meios existentes;
- medidas de apoio ao envelhecimento e à dependência, nomeadamente a existência de serviços de apoio psicológico nos centros de saúde e instituições similares.
- alargamento da rede pública de apoio a toda a população idosa;
- alargamento da rede pública de cuidados continuados e paliativos, de proximidade e de qualidade, no domicílio ou instituições;
- criação de um novo ramo de proteção social que abranja todas as pessoas em situação de dependência;
- exigência de uma formação de técnicos devidamente profissionalizados, incluindo formação de qualidade para os cuidadores de proximidade.

Sobre a ADSE:

- a ADSE é pública, e assim se deve manter, uma vez que constitui um direito dos trabalhadores;
- a ADSE é um espaço de solidariedade interprofissional e intergeracional (todos descontam a mesma percentagem, independentemente do que ganham, e os que mais precisam de apoio na saúde, os mais idosos, não são por isso penalizados), e assim se deve manter porque tal constitui a sua matriz essencial;
- a ADSE está obrigada, por imposição legislativa do Estado, a sustentar uma política social relativamente aos trabalhadores e aposentados isentos de desconto por terem rendimentos inferiores ao salário mínimo. Tal política social deve ser financiada pelo Estado e não pela ADSE, como acontece com as restantes políticas sociais;
- atualização das tabelas de participação da ADSE, tendo em conta o avanço da ciência e da tecnologia, designadamente, nos meios auxiliares de diagnóstico, nos atos médicos de regime livre, nos lares e no apoio domiciliário;
- diversificação das convenções, tendo em vista evitar a captura da ADSE pelos grandes grupos privados de saúde

e prover à cobertura do todo nacional;

- exigimos ser auscultados sobre a qualidade dos serviços prestados pelos convenionados, assim como uma política constante de controlo de qualidade por parte da ADSE;
- exigimos que os descontos para a ADSE incidam apenas sobre 12 meses em cada ano.

Sobre o valor real das pensões:

- aumento anual do valor de todas as pensões, com atualizações em percentagem igual à dos salários, salvaguardando a aplicação de uma percentagem superior às pensões mínimas;
- indexação da dedução específica para o IRS ao salário mínimo nacional, como aliás já se fez até 2012, altura em que o governo PSD/CDS, através do OE, passou a ter como referente o Indexante de Apoios Sociais (IAS);
- reposição da legislação que permita uma tabela de IRS com uma tributação mais baixa, compatível com a situação de aposentação/reforma;
- revogação da aplicação do fator de sustentabilidade a todas as pensões e o recálculo das pensões que tiveram a sua aplicação.

Sobre o direito à mobilidade:

- cumprimento da legislação sobre a abolição das barreiras arquitetónicas nas vias e acessos a edifícios públicos e privados e melhoria da semaforização nas passadeiras;
- melhoria das condições de acesso e circulação nas ruas das vilas e cidades, nomeadamente com maior atenção ao estado e funcionamento das plataformas existentes (escadas rolantes, elevadores, corrimãos de apoio, etc.);
- direito, em todo o país, a preços mais baixos nos transportes públicos e com desconto de pelo menos 50% nos passes sociais;
- melhoria da rede local e nacional de transportes públicos de modo a facilitar a mobilidade dos aposentados;
- criação de condições que facilitem a mobilidade dos reformados e idosos, de modo a prevenir a exclusão social e potenciar a participação na vida social.

Sobre o direito à participação:

- o reconhecimento formal das organizações dos aposentados/reformados e idosos e participação nos organismos e instituições que lhes digam respeito.■

Conselho Nacional da FENPROF aprova Caderno Reivindicativo para 2019/2020

Algumas das reivindicações:

- Valorizar as pensões de aposentação que têm sido afetadas negativamente por decisões políticas e medidas que põem em causa as legítimas expectativas dos docentes aposentados e os seus direitos, enquanto pensionistas;
- Aprovar um regime específico de aposentação aos 36 anos de serviço, admitindo-se, com esse objetivo, uma aplicação faseada;
- De imediato, para quem já tiver completado a vida contributiva (40 anos de descontos), eliminar qualquer penalização no cálculo da pensão, caso se aposente antecipadamente, beneficiando, para este efeito, do tempo que não pôde ser recupera-

do na carreira;

- Aplicar aos docentes o regime de pré-aposentação aprovado para toda a Administração Pública;
- Permitir a reinscrição de docentes que foram anteriormente afastados da CGA;
- Defender a Caixa Geral de Aposentações e, nesse quadro, a possibilidade de inscrição por parte de todos os que têm estado impedidos;
- Manter a gestão pública da ADSE e aprovar medidas que garantam a sua duradoura sustentabilidade.■

Ver restantes reivindicações em:

<https://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=95&doc=12228>



Ivone Niza

Presidente da Assembleia Geral do Movimento da Escola Moderna Portuguesa

41º Congresso do Movimento da Escola Moderna Portuguesa



Para evitar um fastidioso rol do grande número de atividades que podemos realizar quer a nível nacional, quer a nível regional, entre o anterior Congresso na Universidade de Aveiro e este momento na Universidade de Lisboa, selecionei algumas das ações e compromissos a que demos particular relevo:

- Prosseguimos a formação e o ensaio das orientações que temos vindo a teorizar sobre educação nas Creches.
- Demos continuidade aos compromissos estabelecidos protocolarmente com sete instituições universitárias e quatro institutos politécnicos, bem como com um

conjunto de agrupamentos de escolas, autarquias locais e organismos centrais e regionais de educação.

- O Movimento, através de Sérgio Niza, está neste momento a cumprir, no Conselho Nacional de Educação, um segundo mandato para que foi eleito juntamente com a Associação de Professores de Matemática, funcionando ambos como representantes das Associações Pedagógicas de professores do país. Neste ano letivo, também Inácia Santana passou a fazer parte do CNE como membro cooptado por eleição direta do Conselho.
- Prosseguimos a parceria com a Fundação Aga Khan, que nos envolve na formação para a mudança

pedagógica em agrupamentos de escolas, e implica também a conceção ou o aperfeiçoamento de alguns dos instrumentos de apoio à formação organizada pelo Movimento.

- Foi ainda no atual ano letivo que pudemos retomar as atividades da formação pedagógica no Ensino Superior a partir do Encontro organizado na Universidade de Évora. Este encontro desencadeou a criação de um grupo de trabalho cooperativo que apresentará relato das suas práticas neste Congresso. Retoma-se, assim, alguma da atividade pedagógica do Movimento no Ensino Superior de que se fez eco em artigos na

Revista Escola Moderna, entre 1991 e 1999. Estes escritos relatam trabalho realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na então Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação nesta casa. Refiro-me aos artigos de Ana Paula Caetano e Júlio Pires, ao de Joaquim Segura e ao de mim própria. Aguardamos com esperança, que, com o regresso da formação pedagógica dos professores universitários, de que é exemplo a formação pós graduada a inaugurar no próximo ano letivo neste Instituto, que também no interior do Movimento da Escola Moderna os professores do Ensino Superior venham a desenvolver de forma mais

A vida das escolas continuou determinada pelo ritmo sequencial dos chamados testes em cada período, preparatórios das provas finais e dos exames. Está de tal modo enraizada esta cultura examinatória e seletora que até as provas nacionais de aferição passaram a ser vividas como mais uma qualquer prova de exame.

sistemática o trabalho de renovação de práticas e de produção escrita neste domínio.

Gostaria, agora, de me referir sucintamente às políticas de educação neste tempo de ambiguidade (que vivemos), uma vez que as dezenas de intervenções que teremos ao longo do congres-

so não de refletir por certo aberturas e fechamentos políticos com que os docentes se debateram nos estabelecimentos de onde vêm, espalhados por todo o território nacional.

Convém, antes de tudo, lembrar que os dispositivos de governo das escolas continuam muito longe de uma conceção democrática da educação. Lembrar ainda que permaneceu ao longo de toda esta legislatura a reforma curricular do ministro Nuno Crato, servida pelos respetivos manuais, ao mesmo tempo que os novos instrumentos programáticos das Aprendizagens Essenciais, pouco influenciaram ainda a ação pedagógica dos docentes. A vida das escolas continuou determinada pelo ritmo sequencial dos chamados testes em cada período, preparatórios das provas finais e dos exames. Está de tal modo enraizada esta cultura examinatória e seletora que até as provas nacionais de aferição passaram a ser vividas como mais uma qualquer prova de exame. Paralelamente, e sobretudo na segunda metade do exercício do Ministério da Educação, tornaram-se mais visíveis as conceções de autonomia e flexibilidade curricular, conceções que retomam os princípios dos documentos da reforma de 2000/2001, ensaiados a partir de 1998.

A recuperação de tais ideias depois de terem sido votadas ao insucesso em anterior governo do mesmo partido político, tem obrigado o Ministério da Educação a esforços redobrados para passar, à vida quotidiana das escolas, os conteúdos dos textos reformadores da organização do trabalho curricular e do uso diferenciado dos tempos escolares, a designada Flexibilidade Curricular, e muito especialmente as normas que não de fazer avançar uma mais justa organização inclusiva da cultura escolar. (Dec. Lei nº 54)

Reconhecemo-nos, será justo afirmá-lo, em boa parte do discurso destes documentos, mas o facto de a sua execução vir a ser efetivada, na sua

maioria, por um governo vindouro, e essa execução vir a ser assegurada pelas mesmas estruturas antidemocráticas de administração e governo dos estabelecimentos escolares, não nos deixa prever a vontade de uma verdadeira mudança.

Após tentativas em vão que se sucedem desde 25 de abril de 74, para uma educação para a cidadania democrática nas escolas, dispomos agora de um novo documento orientador designado “Estratégia nacional de educação para a cidadania”. Este documento acabou por ser integrado no currículo como se fosse um programa disciplinar com o título Cidadania e Desenvolvimento. Importa esclarecer que a disciplinarização da cidadania não contribui para a urgência da socialização democrática que, em conjunto com os nossos alunos, vamos tentando construir pela cooperação e pelo diálogo.

A autoformação cooperada e a construção de modelos prático-teóricos de apropriação conjunta do conhecimento e das culturas, a elaboração avaliativa do seu relato (como fazemos em todos os Congressos) implicam tempos lentos e longos de transformação de nós mesmos e dos nossos alunos.

Por isso, continuaremos a cruzar-nos para trabalharmos juntos com todos aqueles que tragam novos contributos para a educação, quer eles integrem o Movimento ou se considerem longe dele.

Termino, lembrando que aquilo por que nos batemos no Movimento tem resistido à diversidade de políticas que vêm desde os anos sessenta do século XX.

Petrarca disse: “Entre a mão e o grão, existe o muro”. Conhecemo-los, os muros. Identificamo-los, quotidianamente e todos os dias exercemos o trabalho da sua desconstrução.

Intervenção de abertura no 41º Congresso do MEM, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 18 de julho de 2019 ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Legislação

I Série

• **Resolução da Assembleia da República n.º 36/2019 - Diário da República n.º 48/2019, Série I de 2019-03-08120690682**

Recomenda ao Governo que proceda à reorganização dos ciclos de estudo no ensino básico e no ensino secundário

• **Decreto-Lei n.º 36/2019 - Diário da República n.º 53/2019, Série I de 2019-03-15121081281**

Mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 na carreira docente

• **Declaração de Retificação n.º 10/2019 - Diário da República n.º 59/2019, Série I de 2019-03-25121403441**

Retifica o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, da Educação, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, publicado no Diário da República n.º 21, 1.ª série, de 30 de janeiro de 2019

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2019 - Diário da República n.º 84/2019, Série I de 2019-05-02122202592**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros a Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo decorrentes da celebração de contratos de associação para o ciclo de ensino compreendido nos anos letivos 2019-2020, 2020-2021 e 2021-2022

• **Decreto-Lei n.º 65/2019 - Diário da República n.º 96/2019, Série I de 2019-05-20122345224**

Mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 nas carreiras, cargos ou categorias em que a progressão depende do decurso de determinado período de prestação de serviço

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2019 - Diário da República n.º 108/2019, Série I de 2019-06-05122498960**

Autoriza a realização da despesa destinada ao apoio financeiro do Estado a cooperativas e associações de ensino especial e a instituições particulares de solidariedade social que celebrem contratos de cooperação para o ano letivo de 2019/2020

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2019 - Diário da República n.º 108/2019, Série I de 2019-06-05122498961**

Autoriza a realização da despesa destinada ao apoio financeiro do Estado a estabelecimentos de ensino particular de educação especial que celebrem contratos de cooperação para o ano letivo de 2019/2020

• **Portaria n.º 181/2019 - Diário da República n.º 111/2019, Série I de 2019-06-11122541299**

Define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-

-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário

• **Declaração de Retificação n.º 30/2019 - Diário da República n.º 118/2019, Série I de 2019-06-24122651141**

Retifica o Decreto-Lei n.º 65/2019, de 20 de maio, das Finanças, que mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 nas carreiras, cargos ou categorias em que a progressão depende do decurso de determinado período de prestação de serviço, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 96, de 20 de maio de 2019

• **Decreto-Lei n.º 85/2019 - Diário da República n.º 123/2019, Série I de 2019-07-0112277643**

Permite aos trabalhadores da Administração Pública faltarem justificadamente para acompanhamento de menor de 12 anos no 1.º dia do ano letivo

• **Decreto Legislativo Regional n.º 15/2019/A - Diário da República n.º 134/2019, Série I de 2019-07-16123183042**

Recuperação do tempo de serviço prestado em Funções Docentes para Progressão na Carreira

• **Resolução da Assembleia da República n.º 108/2019 - Diário da República n.º 138/2019, Série I de 2019-07-22123368222**

Recomenda ao Governo a clarificação dos critérios de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior público

• **Resolução da Assembleia da República n.º 150/2019 - Diário da República n.º 160/2019, Série I de 2019-08-22124134334**

Recomenda ao Governo que adote medidas de ação positiva em favor dos trabalhadores com incapacidades e doenças oncológicas

• **Portaria n.º 276/2019 - Diário da República n.º 164/2019, Série I de 2019-08-28124256710**

Portaria que atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal e do subsídio de funeral

• **Decreto-Lei n.º 133/2019 - Diário da República n.º 168/2019, Série I de 2019-09-03124392062**

Aprova o regime jurídico do ensino superior ministrado a distância

• **Lei n.º 94/2019 - Diário da República n.º 169/2019, Série I de 2019-09-04124417107**

Primeira alteração à Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior

• **Lei n.º 96/2019 - Diário da República n.º 169/2019, Série I de 2019-09-04124417109**

Estabelece a gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto

• **Lei n.º 116/2019 - Diário da República n.º 176/2019, Série I de 2019-09-13124680588**

Primeira alteração, por apreciação parlamen-

tar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva

II Série

• **Aviso n.º 4374/2019 - Diário da República n.º 53/2019, Série II de 2019-03-15 121075679**

Regularização extraordinária de vínculos de emprego precários na Casa Pia de Lisboa, I. P.

• **Declaração de Retificação n.º 377/2019 - Diário da República n.º 82/2019, Série II de 2019-04-29 122173342**

Retifica o Despacho Normativo n.º 3-A/2019, de 26 de fevereiro, que altera o Regulamento do Júri Nacional de Exames e aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário

• **Despacho n.º 4947-B/2019 - Diário da República n.º 94/2019, 2.º Suplemento, Série II de 2019-05-16 122323327**

Regulamenta os procedimentos de avaliação e certificação dos manuais escolares, estabelece os critérios de avaliação para a sua certificação, bem como os calendários de avaliação, certificação e de adoção

• **Despacho n.º 6147/2019 - Diário da República n.º 126/2019, Série II de 2019-07-04 122920121**

Define as linhas orientadoras a adotar pelas escolas na organização e realização das visitas de estudo e outras atividades lúdico-formativas a desenvolver fora do espaço escolar

• **Despacho n.º 6851-A/2019 - Diário da República n.º 145/2019, 1.º Suplemento, Série II de 2019-07-31 123640166**

Procede à alteração do Despacho n.º 779/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 13, de 18 de janeiro de 2019

• **Despacho n.º 6851-B/2019 - Diário da República n.º 145/2019, 1.º Suplemento, Série II de 2019-07-31 123640167**

Estabelece as regras relativas à adoção de manuais escolares para os cursos de educação e formação de jovens e para os cursos profissionais

• **Recomendação n.º 3/2019 - Diário da República n.º 145/2019, Série II de 2019-07-31 123610607**

Recomendação sobre qualificação e valorização de educadores e professores dos ensinos básico e secundário

• **Despacho n.º 7638-A/2019 - Diário da República n.º 164/2019, 2.º Suplemento, Série II de 2019-08-28 124283146**

Procede para o ano letivo de 2019/2020 a um reforço do crédito horário disponível para o desporto escolar ■

Periodo Probatório

No capítulo dedicado à vinculação do pessoal docente, o Estatuto da Carreira Docente regula, no seu artigo 31º, o regime jurídico do “Período probatório”. É, precisamente a esta matéria que é dedicada a presente rubrica do “Consultório Jurídico”.

O supra identificado preceito legal começa por definir o objetivo do período probatório referindo que o mesmo se destina a “... verificar a capacidade de adequação do docente ao perfil de desempenho profissional exigível, **tem a duração de um ano escolar** e é cumprido no estabelecimento de educação ou de ensino “... onde o docente exerce a sua atividade. A partir daí, interessa-nos sublinhar os aspetos mais relevantes desde mesmo regime que são designadamente os seguintes:

a) O período probatório corresponde, por norma, ao primeiro ano escolar de exercício efetivo de funções docentes.

Esta regra, admite uma exceção quando se prevê que tal período possa ser realizado no primeiro ano de exercício de funções e antes do ingresso na carreira mas faz depender tal exceção dos seguintes requisitos cumulativos:

“a) O docente tenha sido recrutado no concurso externo ou para satisfação de necessidades transitórias e antes do início do ano letivo;

b) O exercício de funções docentes abranja o ano letivo completo;

c) O seu horário seja igual ou superior a vinte horas”;

Destacam-se ainda outros aspetos relevantes deste regime jurídico que a seguir se identificam:

- Ao longo do período probatório o docente é acompanhado e apoiado por um professor que esteja posicionado no 4º escalão da carreira ou superior que seja (quando possível) do mesmo grupo de recrutamento daquele;

- Ao docente em período probatório é vedada a acumulação com outras funções, públicas ou privadas;

- A respetiva componente não letiva de estabelecimento inclui, enquanto necessário, a frequência de ações de formação, a assistência a aulas de outros professores ou a realização de trabalhos de grupo;

- O período probatório é objeto de suspensão nas situações de ausências ao serviço legalmente equiparadas a prestação de trabalho efetivo por período superior a seis semanas, consecutivas ou interpoladas.

Concluída a situação que deu origem à suspensão, o docente retoma as funções até completar o período probatório em falta;

- O período probatório **terá que ser repetido** se o docente **faltar justificadamente por um período correspondente a 20 dias de atividade letiva;**

Efeitos da avaliação obtida:

- A obtenção pelo docente em período probatório da **menção qualitativa de Bom** determina a nomeação definitiva em lugar do quadro;

- A obtenção pelo docente em período probatório da **menção qualitativa de Regular** faculta a repetição do período probatório com obrigatoriedade de desenvolvimento de um plano de formação que integre a observação de aulas;

- A obtenção pelo docente em período probatório da **menção qualitativa de Insuficiente** determina a impossibilidade do docente se candidatar à docência no próprio ano ou no seguinte;

- O tempo de serviço prestado em período probatório só é contado para efeitos de progressão na carreira se a classificação obtida for igual ou superior a Bom.

É ainda de referir que, a propósito do período probatório, o Despacho nº 9488/2015, de 20 de agosto veio determinar as condições da respetiva dispensa no ano letivo de 2015/2016 que vieram a ser alargadas a anos letivos seguintes. Este é precisamente o caso do presente ano letivo de 2019/2020 que, de acordo com a Nota Informativa enviada pela DGAE (Direção-Geral da Administração Escolar), que determina que **ficam dispensados da realização do período probatório**, os docentes que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

“a) Contabilizem, pelo menos, 730 dias de serviço efetivo, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores ao ano escolar 2018/2019, ou seja, contabilizados entre o dia 1 de setembro de 2013 e o dia 31 de agosto de 2018, prestados em funções docentes no mesmo grupo de recrutamento em que o docente ingressou na carreira;

b) Tenham, pelo menos, cinco anos de serviço docente efetivo com avaliação mínima de Bom, nos termos do ECD ou seja, entre o ano escolar 2007/2008 e o ano escolar 2018/2019.”

Finalmente é de referir que, para qualquer esclarecimento adicional deverão os docentes nesta situação dirigir-se aos Serviços de Apoio a Sócios do SPGL. ■



PARTIDAS

16h00 – Corrida de 10 km, na zona de Belém, com partida junto ao CCB, passagem por Algés, Alcântara e regresso novamente à zona de Belém.

16h00 – a prova de 5 km (a correr ou a caminhar 5 km) tem a partida à mesma hora da prova principal, devendo os participantes estar posicionados atrás dos atletas da prova principal.

ESCALÕES

Prova de 5 km

- aberta a todas as idades, mesmo crianças, desde que acompanhadas por adultos.

Prova de 10 km

- Masculinos: juniores, seniores, M35, M40, M45, M50, M55, M60, M65, M70.
- Femininos: juniores, seniores, M35, M40, M45, M50, M55, M60, M65, M70.

**INSCREVE-TE!
PARTICIPA!**

INSCRIÇÕES

As inscrições poderão ser feitas de duas formas

1. na plataforma <https://corridafenprof.sports4all.pt>
2. nas **sedes e delegações dos sindicatos federados na FENPROF.**

As inscrições encerram às 23h59m59s do dia 3 de novembro.

VALORES DAS INSCRIÇÕES

Prova de 5 km

- 3 €, se forem feitas até ao dia 9 de outubro;
- 5€, se forem feitas até ao dia 27 de outubro;
- 7 €, se forem feitas até ao dia 3 de novembro.

Prova de 10 km

- 5 €, se forem feitas até ao dia 9 de outubro;
- 7,5 €, se forem feitas até ao dia 27 de outubro;
- 10 €, se forem feitas até ao dia 3 de novembro

PRÉMIOS E OFERTAS

Todos os participantes receberão

- 1 t-shirt técnica,
- 1 dorsal,
- 1 medalha (entregue após a conclusão da prova, na meta).

Na prova de 10 km, serão atribuídos prémios aos primeiros três classificados por escalão.

Dado tratar-se de uma corrida promovida por uma organização de professores, haverá, ainda, prémios para os primeiros professores de cada um dos géneros e para os primeiros classificados sócios dos sindicatos da FENPROF.

Consulta o Regulamento em www.fenprof.pt ou no site do Sindicato da tua região

Apoio:



ASSOCIAÇÃO
DE ATLETISMO
DE LISBOA